



CPFL Energia S.A.
CNPJ nº 02.429.144/0001-93

CPFE
B3 LISTED NM

EMPRESA PRO ÉTICA
2018-2019

GUIA EXAME
2019

PRÊMIO ODS
2019

2019
melhores empresas
vocêsa

2019
melhores empresas
vocêsa

abrasca
Associação Brasileira das Companhias Abertas

IBRX
Índice Brasil

ITAG
Índice de Ações com Tag Along Diferenciado

IGC
Índice de Governança Corporativa Diferenciado

IEE
Índice de Energia Elétrica

IGCT
Índice de Governança Corporativa Tradicional

Relatório de Administração

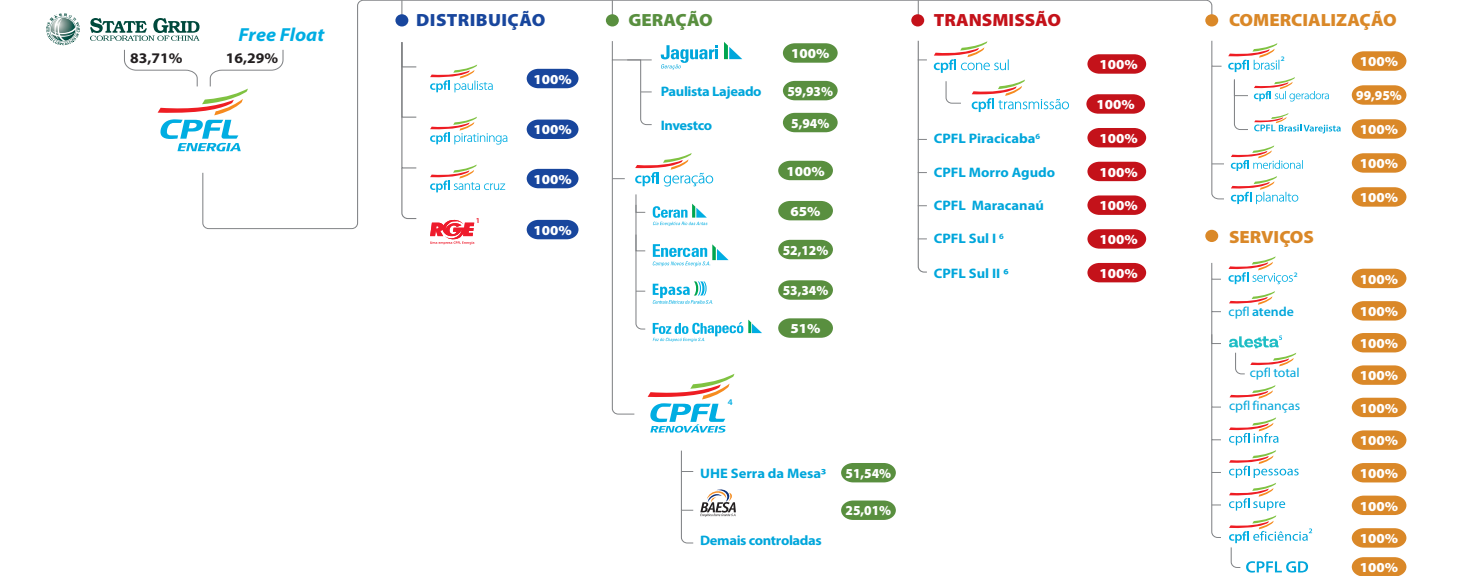
Senhores e senhoras acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório de Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. **Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2021, exceto quando especificado de outra forma.**

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ano de 2022 foi marcado pelo fim das medidas mais restritivas em relação à pandemia da covid-19 e pelas crescentes preocupações em relação aos impactos da guerra entre Rússia e Ucrânia para a economia mundial. No Brasil, o fraco desempenho econômico e a tensão com o período eleitoral foram compensados por uma melhora significativa das condições hidrológicas já no início do ano e a consequente redução dos preços de energia no mercado de curto prazo, fato que permaneceu ao longo de todo o período. Para o consumidor, no entanto, isso não se refletiu em redução imediata nas tarifas. Os custos elevados do ano anterior ainda estavam sendo repassados nos reajustes tarifários e a bandeira "escassez hídrica" manteve-se vigente até o mês de abril. O fim da bandeira, combinado à redução da alíquota de ICMS, resultou em menores tarifas no 2º semestre, o que contribuiu para o controle da inadimplência. Outro movimento relevante foi o crescimento expressivo da instalação de painéis solares (mini e microgeração distribuída), incentivado pela promulgação da Lei 14.300/22, que estabeleceu uma fase de transição após um ano de sua vigência, para que os subsídios comecem a ser reduzidos. Essa determinação gerou um elevado número de pedidos de instalação, especialmente nos últimos meses de 2022. Nesse contexto, o grupo CPFL Energia continuou ativo na busca do crescimento sustentável, a fim de gerar valor e beneficiar seus stakeholders. Registramos recorde de investimentos, alcançando a cifra de R\$ 5,8 bilhões, para melhor performance de nossos ativos de distribuição, a partir da ampliação de redes e da implementação de novas tecnologias, a fim de continuar oferecendo um serviço de qualidade a nossos clientes. Investimos ainda na manutenção de nossas usinas e em reforços e melhorias nas nossas redes de transmissão, sempre visando a excelência na gestão operacional. Ainda em relação aos investimentos, é importante destacar a entrada em operação da CPFL Maracanaú, empreendimento composto por uma nova subestação de energia e aproximadamente 2 km de linhas de transmissão, localizado no Estado do Ceará, com RAP de R\$ 7,9 milhões para o ciclo 2022-2023. No segmento de transmissão, vale destacar ainda que 2022 foi o ano de consolidação de nossa última aquisição, a CPFL Transmissão. O processo da *burn around*, que se iniciou em outubro de 2021, rendeu ótimos frutos, tais como a substituição das dívidas em dólar por uma debentura com custo nos padrões do grupo CPFL Energia. Fizemos ainda uma gestão dos contratos e um plano de aposentadoria, que já

Organograma societário (simplificado)

A CPFL Energia atua como *holding*, participando no capital de outras sociedades:



Base: 31/12/2022

- (1) A RGE é controlada pela CPFL Energia (89,0107%) e pela CPFL Brasil (10,9893%);
- (2) CPFL Soluções = CPFL Brasil + CPFL Serviços + CPFL Eficiência;
- (3) Parcela de 51,54% da disponibilidade da potência e de energia da UHE Serra da Mesa, referente ao Contrato de Suprimento de Energia entre a CPFL Renováveis e Furnas;
- (4) A CPFL Renováveis é controlada pela CPFL Energia (49,1502%) e pela CPFL Geração (50,8498%);
- (5) A Alesta é controlada pela CPFL Energia (99,99%), e pela CPFL Brasil (0,01%);
- (6) A CPFL Piracicaba, CPFL Morro Agudo, CPFL Maracanaú, CPFL Sul I e CPFL Sul II são consolidadas na CPFL Geração.

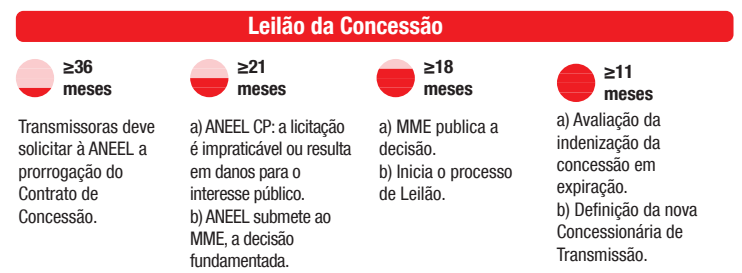
2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

AMBIENTE MACROECONÔMICO: O ano de 2022 começou sob os auspícios de uma nova onda global de Covid-19, causada pelo variante Ômicron. A variante, que estrou muito mais transmissível, porém menos letal (para a população vacinada). Sua ampla disseminação, concomitante à elevação da vacinação, levou à forte redução das restrições de circulação, mundo afora. Assim, a pandemia se tornou uma questão de menor impacto econômico. Mas, isso não significou imediata normalização da economia. Ao desequilíbrio das cadeias produtivas já existente no início de 2022 se somou um novo choque, trazido pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Os temores com relação à disponibilidade de grãos, metais e energia decorrentes do conflito elevou sobremaneira os preços das principais commodities. Por seu turno, a retomada das atividades pós-pandemia impulsionou o consumo de serviços e o mercado de trabalho, repercutindo sobre o consumo de forma geral. Assim, ao mesmo tempo em que a demanda permaneceu elevada, a oferta continuou negativamente impactada pelas descontinuidades nas cadeias de insumos e pela guerra. A inflação global se tornou uma grande preocupação ao longo do ano. Nessas circunstâncias, os principais bancos centrais mundiais promoveram um aperto sincronizado e significativo de condições monetárias - ou seja, a julgar pelas sinalizações apresentadas nos mais recentes comunicados das autoridades, tenderá a se estender para os próximos meses de 2023. Nesse trimestre, em particular, a atividade econômica continuou a mostrar os primeiros sinais de desaceleração, bem como a inflação. Esta última temido beneficiada, além da desaceleração da atividade, pela progressiva normalização das cadeias produtivas e de arranjos alternativos que minimizaram os impactos do conflito russo-ucraniano sobre a oferta de commodities. Já o Brasil foi beneficiado pela alta de preços de commodities no mercado internacional em duas frentes. A primeira foi nas contas externas: as exportações cresceram 19,3% em relação a 2021, o que nos levou a um novo recorde de balança comercial (superávit de US\$ 62,3 bilhões), mesmo com expressiva expansão das importações (24,3%). O bom desempenho da balança comercial colaborou para manter em patamar confortável o déficit em transações correntes e os indicadores de endividamento externo. O segundo benefício trazido pelos preços mais altos de commodities foi o aumento da arrecadação federal associada ao setor extrativo mineral. Impulsionadas pela forte alta das cotações internacionais do minério de ferro (2021) e do petróleo (2022), essas receitas atingiram 1,8% do PIB em 2021 e deverão chegar a 2,6% em 2022 - cifras bastante superiores à média de 0,9% do PIB observada no decênio 2011-2020. De fato, a elevação dessas receitas foi decisiva para fazer com que o setor público consolidado brasileiro voltasse a registrar superávits primários em 2021 e 2022 - algo que não se observava desde 2013. Contudo, tais surpresas proporcionaram espaço para aumento dos gastos e desonerações. Nesse contexto, é importante notar que as incertezas envolvendo a sustentabilidade fiscal brasileira já vêm em alta desde o final de 2021, quando a principal regra fiscal em vigor - o teto de gastos federal - foi alterada para viabilizar a expansão de despesas pela União em pleno ano eleitoral. Além da aprovação da PEC dos Precatórios ainda em 2021 (que alterou a forma de correção do teto de gastos e postergou, para 2027, o pagamento de um volume de precatórios estimado em R\$ 150 bilhões a R\$ 200 bilhões), tivemos a aprovação da PEC "Kamikaze" em 2022 (que permitiu, dentre outras coisas, o aumento do valor do benefício pago pelo programa Auxílio-Brazil entre agosto e dezembro de 2022). Do lado receitas, tivemos as diversas desonerações de tributos determinadas pelo governo federal ao longo de 2022, tais como a redução do IPI sobre vários produtos (que diminuiu as receitas primárias em cerca de 0,3% do PIB, em termos atualizados), o PIS/Cofins sobre combustíveis (que gera perda de receita da ordem de 0,5% do PIB ao ano) e do ICMS sobre energia elétrica, combustíveis, telecomunicações e transporte público urbano (que reduziu a arrecadação em 0,8% do PIB ao ano). Esta combinação gerou forte deterioração da sustentabilidade financeira do país. Apesar disso, boa parte dos efeitos passivos da política expressiva da razão dívida/PIB ao longo da década atual (partindo de um nível em 2022 já relativamente elevado para uma economia emergente). Vale ressaltar que essa deterioração também foi claramente notada nos juros cobrados sobre títulos públicos brasileiros de médio e longo prazo em moeda local: até o final de 2020, os juros reais pagos por tais papéis oscilavam entre 4% e 4,5% a.a., tendo saltado para o intervalo de 5,5% a 6% a.a. já no final de 2021 e superado os 6% a.a. ao final de 2022. Estas incertezas com relação à sustentabilidade fiscal foram responsáveis, em larga medida, por manter a taxa de câmbio mais pressionada no segundo semestre de 2022 - notando que a taxa chegou a recuar a R\$ 4,76/US\$, em abril, antes da PEC "Kamikaze" e desonerações. Em julho, o câmbio chegou a R\$ 5,37/US\$, voltando a oscilar em torno de R\$ 5,25/US\$ nos meses seguintes. Essa pressão sobre o câmbio ocorreu a despeito da forte alta dos juros reais e dos bons resultados das contas externas (forças que colaboraram para apreciação da moeda). Por outro lado, as desonerações permitiram uma expressiva decompressão da inflação, especialmente no segundo semestre do ano, quando se registrou deflação na comparação mensal por três meses consecutivos (jul-set). Assim, a despeito de ter atingido 12,1% no acumulado de dez meses até abril, a inflação encerrou o ano de 2022 em 10,9%. Apesar disso, a inflação continuou a ser construtiva acima do meta, está bastante abaixo da taxa de 10,1% registrada no ano anterior e do que teria sido sem as medidas de desoneração (2 a 2,5 p.p. abaixo). A atividade econômica também se beneficiou do impulso fiscal, especialmente na segunda metade do ano. O primeiro semestre foi marcado pela forte expansão do mercado de trabalho e aumento do consumo, especialmente dos serviços prestados às famílias (reflexo da retomada pós-pandemia), o que garantiu uma expansão de 1,4% em relação ao encerramento de 2021. Já as medidas de desoneração e gastos consolidaram a expansão da renda real (peço Auxílio Brasil turbinado, consignado do Auxílio Brasil, queda da inflação, entre outros) e garantiram uma expansão do PIB no terceiro trimestre do ano, a despeito dos efeitos negativos da contração monetária já coreporem a se fazer sentir e que devem ter levado o PIB a registrar um leve recuo na margem, no quarto trimestre. **AMBIENTE REGULATÓRIO:** As principais alterações da regulação setorial de 2022 no segmento de distribuição são destacadas a seguir: **1) Cadastro Automático na Tarifa Social de Energia Elétrica:** A partir de janeiro de 2022, de acordo com a Lei nº 14.203/2021, regulamentada por meio da Resolução Normativa (RN) ANEEL nº 953/2021, iniciou-se o cadastramento automático das famílias enquadradas nos critérios para recebimento do benefício Tarifa Social. Até então existiam consumidores que possuíam as condições para recebimento da Tarifa Social, mas, por algum motivo como desconhecimento sobre o direito ao benefício ou dificuldade de deslocamento, nunca solicitaram o benefício às distribuidoras. **2) Abertura do Mercado, Regras para o Mercado de Energia e Aperfeiçoamento na Gestão de Contratação de Energia por Distribuidoras:** No decorrer do ano de 2022 diversas foram as discussões acerca do tema liberalização de mercado, seus desdobramentos e regulamentações prévias necessárias para sua sustentabilidade. Em janeiro de 2022, conforme requisitado na Portaria Ministerial nº 465/2019, foi publicado pela ANEEL o resultado da Tomada de Subsídios nº 10/2021, por meio da Nota Técnica nº 10/2022-SRM/ANEEL, com o mapeamento das medidas regulatórias necessárias para permitir a abertura do mercado livre para consumidores com carga inferior a 500 kW. Em conjunto com a Nota Técnica da CCEE, intitulada "Proposta conceitual para Abertura de Mercado", publicada em setembro de 2021, estes estudos seriam base para discussão técnica da abertura de mercado. O tema também foi amplamente discutido no âmbito legislativo, com os projetos de lei (PLs) nº 414/2021 e nº 1317/2015. Apesar da intenção de votação do PL 414/21 ainda no ano de 2022, o tema sofreu 103 propostas de emendas na Câmara de Deputados, sendo algumas delas com assuntos controversos no setor, o que dificultou sua tramitação em conjunto com o período de ressaio eleitoral do poder legislativo. Com a perspectiva de não votação dos PLs no ano 2022, o MME optou por realizar discussão pública sobre a abertura de mercado através de portarias ministeriais. Desta forma, foram instauradas as Consultas Públicas MME nº 131/2022 e nº 137/2022, com proposição de abertura de mercado de todo o Grupo A a partir de janeiro de 2024 e abertura escalonada do Grupo B entre janeiro de 2026 e janeiro de 2028. Após discussões públicas realizadas pelo MME, foi publicada apenas a Portaria Normativa nº 50/GM/MME, de 27 de setembro de 2022, que definiu a abertura de mercado para todo o Grupo A, independente da carga associada. Já a abertura de mercado do Grupo B por portaria ainda será avaliada pela nova equipe do MME ou continuada via transição dos PLs existentes, o que vier a ocorrer primeiro. Em paralelo, ao longo de 2022, a ANEEL vem discutindo e apresentando temas afetos à abertura de mercado, na busca de robustecer a regulamentação para o mercado de energia, como por exemplo: critérios de entrada, manutenção e saída de agentes no mercado de energia, garantias financeiras, monitoramento de mercado e figura do comercializador de energia. **3) Gestão da Contratação de Energia por Distribuidoras:** Em abril de 2022, através da RSN nº 1.018, a ANEEL aprimorou o Mecanismo de Compensação de Sobras e Défis de Energia Nova (MCDEN), destinado ao processamento de gestão da contratação de energia elétrica por distribuidoras. O regulamento, que altera a REN nº 1.009, de 22 de março de 2022, visa a otimizar o Mecanismo para obter melhores resultados no equilíbrio entre distribuidoras com déficits e sobras de energia em relação ao mercado. Além disso, a ANEEL incluiu os MCDSEN A-6 e A-7 na nova norma, excepcionalizando a realização do MCDSEN A-6 no ano de 2022, tendo em vista a realização de leilão em agosto de 2022, e deu tratamento para o princípio do máximo esforço por parte da distribuidora para adequar o seu nível de contratação. Em novembro de 2022, a ANEEL aprovou ainda o aperfeiçoamento do repasse tarifário dos produtos mensais e plurianuais do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE), com o aperfeiçoamento do Submódulo 4.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET). O tema foi debatido na Consulta Pública nº 72/2021, que recebeu contribuições de 1º de

permitted observar redução no PMSO, e identificamos novas oportunidades de investimentos em reforços e melhorias, que estão em processo de aprovação junto ao órgão regulador. Finalizamos também o processo de desligamento das ações da CPFL Transmissão na B3, a partir do qual a CPFL Cone Sul passou a deter 100% das ações de emissão da CPFL Transmissão. Ainda no tema crescimento, em setembro de 2022, a CPFL Geração exerceu seu Direito de Preferência para adquirir 3,4% das ações da UHE Campos Novos (Enercan). Com isso, passamos a deter 52,12% do projeto e seu controle efetivo. Destaque também para o contrato assinado pela CPFL Soluções para o Projeto Alegria, que já revitalizou o estádio do Pacaembu, na cidade de São Paulo, transformando-o em um grande centro de entretenimento e lazer; o projeto tem um CAPEX estimado de R\$ 70 milhões e contrato de O&M de R\$ 300 milhões por 15 anos. Nossa atuação se expandiu também na área financeira, com a Alesta, *fintech* do grupo, que agora oferece crédito a clientes das áreas de concessão da CPFL Paulista, da CPFL Piratinga e da CPFL Santa Cruz. Em breve, estaremos também na RGE. As perspectivas para os próximos anos também são positivas. No final de 2022, o Conselho de Administração da CPFL Energia aprovou o novo Plano de Investimentos 2023-2027 do Grupo, que prevê a destinação de R\$ 25,4 bilhões para os negócios já existentes, com destaque para R\$ 20,6 bilhões no segmento de distribuição e R\$ 3,2 bilhões na transmissão. No âmbito ESG, houve o lançamento do Plano ESG 2030, uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, que estabeleceu 23 compromissos, organizados em quatro pilares, integrados ao Planejamento Estratégico da Companhia. São indicadores e metas para proteção, otimização e criação de valor nos negócios, considerando impactos e riscos econômicos, operacionais, sociais e ambientais. Destaca-se o compromisso de neutralidade de carbono já a partir de 2025 e a redução de 35% nas emissões totais até 2030. Cabe citar ainda a obtenção da certificação ISO 37001, referente ao sistema de gestão antissuborno, que tem como objetivo auxiliar as empresas a combater o suborno por meio de uma cultura de integridade, transparência e cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis. Além disso, as ações da Companhia se mantiveram na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da B3, ficando em 3º lugar no ranking geral do processo de seleção do índice. Já a disciplina financeira, que sempre foi característica marcante da CPFL Energia, mais uma vez direcionou nossas decisões de alocação de capital. Em relação ao resultado de 2021, foi possível realizar o pagamento de R\$ 4,5 bilhões em dividendos aos acionistas, no período entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022, alcançando um *payout ratio* de 100%.

Por fim, a Administração da CPFL Energia reitera o compromisso e confiança com os acionistas, clientes, parceiros, sociedade e demais stakeholders e agradece a todos os colaboradores do Grupo CPFL pelos resultados alcançados. Para 2023, seguimos confiantes em nossa jornada de crescimento nesse setor tão importante para a sociedade brasileira.

dezembro de 2022, sendo remetido para análise do Senado Federal. Por meio da Resolução Homologatória (RH) nº 3.169/2022, a ANEEL publicou os percentuais de redução a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD e na Tarifa de Energia - TE para estabelecimento da tarifa de aplicação utilizada no faturamento do consumo associado ao SCEE, tendo vigência a partir de 08 de janeiro de 2023. **12) Devolução de Tributos PIS/COFINS sobre ICMS nas Tarifas:** A Lei nº 14.385/2022 definiu a devolução de valores advindos de ações judiciais transitadas em julgado que estabeleceram a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS cobrado na conta de energia. A ANEEL já vinha realizando a devolução de tributos de forma excepcional desde 2021, nos termos do Despacho nº 361/2021. Antes da publicação da Lei, em processos tarifários realizados entre 2021 e 2022, a Agência já considerava que, diante de situações excepcionais, poderiam ser utilizados parte dos créditos de PIS/COFINS. Mesmo com a devolução excepcional já realizada, havia a necessidade do repasse do residual até o momento da aprovação da Lei. Assim, a ANEEL conduziu uma série de Revisões Tarifárias Extraordinárias (RTEs) sobre as quais a CPFL Santa Cruz e a CPFL Paulista tiveram novas tarifas definidas, promovendo a atenuação dos índices anteriormente homologados, para considerar a devolução de valores advindos de ações judiciais transitadas em julgado. **13) Transferência de Saldo da Conta de Comercialização de Itaipu para Distribuidoras:** Em atendimento ao Decreto nº 11.027/2022 a ANEEL aprovou o repasse do saldo positivo da Conta de Comercialização de Energia Elétrica de Itaipu para distribuidoras, a fim de minimizar o impacto dos reajustes tarifários em 2022. Somente foram beneficiadas as concessionárias localizadas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e que não são integralmente supridas por outras concessionárias, ou seja, concessionárias que possuem cotas-parce de montantes de Potência Contratada e de Energia Elétrica da Usina Hidrelétrica de Itaipu. **14) Alteração do ICMS - Lei Complementar 194/2022:** A Lei Complementar nº 194/2022 trouxe mudanças no Código Tributário Nacional (CTN - Lei nº 5.172/1966) e na Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/1996), determinando a aplicação de alíquotas de ICMS pelo piso (17% ou 18%) de combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. Com a Lei, houve o reconhecimento da essencialidade da energia elétrica, vedando a fixação de alíquotas do ICMS em patamar superior ao da alíquota interna geral do Estado e definição da não incidência de ICMS sobre os serviços de transmissão (TUST) e distribuição (TUSD) e encargos setoriais nas operações que envolvem energia elétrica. Ocorre que, desde a publicação da Lei, em agosto de 2022, não houve por parte da ANEEL ou do Fisco Estadual de São Paulo e Rio Grande do Sul uma manifestação sobre qual seria a base de cálculo para incidência do ICMS. Com isto, a fim de mitigar riscos e seguir a determinação da Lei, o Grupo CPFL Energia vem tributando com ICMS somente a parcela tarifária de Energia, chamada de TE, até a manifestação formal do Fisco Estadual. **15) Redução da Tarifa de Itaipu:** Em 29 de dezembro de 2022, por meio da REH nº 3.168/2022, a ANEEL estabeleceu, provisoriamente e até que a Base Orçamentária das Despesas de Exploração seja deliberada pelo Conselho de Administração da Itaipu Binacional, a tarifa de repasse da potência contratada de Itaipu Binacional, a ser praticada pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional SA - ENBPar, no montante equivalente em Reais a US\$ 16,19/kWh. Mês (dezesseis dólares e dezesseis centavos por quilowatt mês), aplicável aos faturamentos realizados de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023. As principais alterações da regulação setorial de 2022 no segmento de transmissão são destacadas a seguir: **16) Portaria MME nº 11.314/2022:** Como resultado da Consulta Pública nº 136/2022, o MME aprovou por meio do Decreto 11.314/2022 as diretrizes para o leilão ou prorrogação dos contratos de concessão de transmissão vencidos. Portanto, cabe ao MME definir essas diretrizes e a ideia central do debate, visando garantir: 1. transparência dos critérios e procedimentos que serão adotados; e 2. previsibilidade para concessionárias e investidores do setor elétrico. O Decreto nº 11.314/2022, em termos práticos, regula a possibilidade de prorrogação das concessões de Transmissão vencidas, através de uma Consulta Pública ("CP") com a participação da sociedade, desde que a CP conclua que não há benefícios no leilão para o serviço ou para os clientes. No cenário de prorrogação, não haverá qualquer indenização pela base de ativos elegível. Por outro lado, a antiga Concessionária de Transmissão deve se preparar para o leilão ou para uma possível transição entre concessionárias. No cenário de transição, a atual concessionária deve antecipar a avaliação da base de ativos elegível e manter essa base atualizada ao longo do processo, com precisão e qualidade, observando os 36 meses anteriores ao fim do contrato de concessão. Nesse caso, a nova concessionária será responsável pela indenização da atual.



Concessão de Transmissão	Contrato de Concessão	Data de Expiração
CPFL Transmissão (CEEE-T)	080/2002	18/12/2032
CPFL Transmissão (CEEE-T)	055/2001	01/01/2043
CPFL Transmissão (Piracicaba)	003/2013	25/02/2043
CPFL Transmissão (Morro Agudo)	006/2015	27/03/2045
CPFL Transmissão (Maracanaú)	020/2018	21/09/2048
CPFL Transmissão (SUL I)	005/2019	22/03/2049
CPFL Transmissão (SUL II)	011/2019	22/03/2049
CPFL Transmissão (CEEE-T)	004/2021	31/03/2051

17) Portaria Normativa MME nº 53/2022: Em 27 de outubro de 2022, foi publicada a Portaria Normativa do MME nº 53/2022, permitindo os Projetos de Infraestrutura de Transmissão aprovados pelo ONS no Plano de Modernização de Instalações (PMI) como projetos prioritários. Isso torna os investimentos em Pequenas Melhorias (conforme REN ANEEL nº 905/2020, Módulo 3 - Instalações e Equipamentos) e sem estabelecimento prévio de RAP, desde que aprovado pelo ONS no PMI, elegíveis para a emissão de debêntures incentivadas. Dessa forma, amplia-se o leque de obras da CPFL Transmissão elegíveis a esse tipo de captação, uma vez que a maior parte das obras do plano CAPEX da empresa está estruturada com um mix de itens com autorização da ANEEL (elegíveis a esse benefício) e itens do PMI. **18) Aprimoramento da Regulamentação Associada aos REFORÇOS e MELHORIAS em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica:** Publicada em 07 de maio de 2022, a REN ANEEL nº 102/2022 trata do aprimoramento da regulamentação associada aos REFORÇOS e MELHORIAS em instalações de transmissão de energia elétrica. Com isto, alterou os Módulos 1, 3 a 4 das Regras dos Serviços de Transmissão, e os submódulos 9.1, 9.2 e 9.7 dos PRORET. Consolidou a diferenciação entre REFORÇOS de "Grande Porte" daqueles de "Pequeno Porte": a) REFORÇOS de "Grande Porte": envolvendo equipamentos de transformação ou compensação de reativos, e recapitação ou potencialização de linhas de transmissão, desde que envolvendo ao menos 50% de estruturas ou condutores. Ainda, incluiu no rol as obras de "seccionamento de linhas de transmissão (LT) por meio de conexão em subestações existentes, quando indicado pelo planejamento setorial"; b) REFORÇOS de "Pequeno Porte": Demais REFORÇOS. Também ratificou a proposta em que a ANEEL autoriza a implantação de REFORÇOS de "Grande Porte" com estabelecimento prévio de RAP, tendo como base o escopo determinado no Plano de Outorgas. Em uma segunda etapa, após a entrada em operação comercial do REFORÇO, a transmissão deve compartilhar as informações sobre "como construído" à ANEEL, que poderá proceder à reavaliação dos quantitativos empregados para o estabelecimento do adicional de ("RAP"), caso o investimento realizado seja 25% superior ou inferior ao autorizado originalmente. Quanto aos REFORÇOS de "Pequeno Porte", o estabelecimento do adicional de RAP passa de anual (no reajuste tarifário periódico) para quinzenal (na revisão tarifária periódica: 2023, 2028, 2033, etc.). Para as MELHORIAS, evoluiu o conceito normativo, baseado na lógica contábil de investimento, diferenciando-as de atividades de operação e manutenção. Também limitou o conceito a substituições e reformas de ativos existentes elegíveis, desde que informados os equipamentos substituídos ou reformados, com o intuito de diferenciar MELHORIAS de eventuais REFORÇOS, e de afastar aqueles investimentos inerentes à ampla liberdade das transmissoras na condução de seus negócios e do uso de tecnologias adequadas ao serviço concedido. Nesse conceito, manteve-se também a diferenciação entre REFORÇOS de "Grande Porte" e "Pequeno Porte", e a diferenciação entre REFORÇOS de "Grande Porte" e MELHORIAS a depender do tipo de contrato de concessão envolvido (se prorrogado ou licitado). Ainda relacionadas às MELHORIAS, foi implantado procedimento para tratamento de sinistros de equipamentos de "Grande Porte", com o intuito processual de viabilizar o restabelecimento de funções de transmissão relevantes para o SIN em tempo adequado. Para todos os casos (REFORÇOS ou MELHORIAS), permanece garantido o direito à Transmissora ao adicional de RAP a partir da data de entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS. **19) Alterações Pontuais no Banco de Preços de Referência da ANEEL ("BPR"):** Com a publicação do Despacho ANEEL nº 2.024/2022 (retificado posteriormente pelo Despacho nº 3.246/2022), foram aprovados ajustes textuais em itens contidos nos Anexos da REN ANEEL nº 758/2009 (que homologou as metodologias para definição e atualização do BPR da ANEEL a ser utilizado nos processos de autorização, licitação para outorga de concessão e revisão tarifária das concessionárias de transmissão de energia elétrica). Estes ajustes contemplam alterações metodológicas de materiais e equipamentos do BPR da ANEEL com o exigido pelos Procedimentos de Rede do ONS, onde constam as especificações técnicas do setor de Transmissão de Energia Elétrica. Instituiu também, até então inexistentes, a (i) padronização modular para os níveis de tensão de 88 kV e 440 kV, e (ii) arranjo físico "Barra Dupla a 5 Chaves - BD5" nas subestações. **20) Publicação de Normativo Regulando o Uso do Entorno de Subestações:** Publicada em 03 de janeiro de 2023 e com vigência a partir de 1º de abril de 2023, a REN ANEEL nº 1.055/2022, estabelece tratamento regulatório para o ilhamento de subestações da Rede Básica por instalações de geração, que limitam a expansão e o acesso de linhas de transmissão às subestações. Com isto, instituiu a Área de Desenvolvimento da Subestação ("ADS"), que corresponde a um círculo com um raio de 2 km, contado a partir do centro geométrico da subestação da Rede Básica. Assim, não será permitida a construção de centrais geradoras na ADS. Tal área valerá para todas as subestações de transmissão, novas ou existentes, desde que integrantes da Rede Básica, incluindo as subestações concessionárias implantadas por acasantes e posteriormente transferidas e reclassificadas como Rede Básica, nos termos da regulamentação de acesso ao sistema de transmissão. A transmissora responsável pela instalação deve, também, aprovar o traçado de linhas de transmissão dentro da ADS. Considerando que a ADS será representada por uma área circular, foi incluído comando específico nas Regras de Transmissão estabelecendo obrigação para as transmissoras informarem as coordenadas do centro geométrico do terreno da subestação. As principais alterações da regulação setorial de 2022 no segmento de geração são destacadas a seguir: **21) Contratação de Margem de Escoamento para Acesso ao SIN:** Em 1º de março de 2021, foi publicada a Lei nº 14.120/2021, que trouxe diversas mudanças, entre elas, alterações no art. 26º da Lei nº 9.427/1996. De forma direta, fixou-se um período transitório em que, para os agentes pudessem ainda usufruir dos descontos da tarifa de uso de distribuição e transmissão (TUSD e TUST). As solicitações de outorgas deveriam ser feitas até o dia 2 de março de 2022. Com o objetivo de dar maior agilidade ao elevado número de pedidos de outorgas decorrentes da alteração, foi publicado o Decreto Presidencial nº 10.893/2021, que estabeleceu diretrizes específicas e temporárias, possibilitando que outorgas fossem solicitadas sem as devidas documentação de acesso (DRO e Informação de Acesso). Ainda, o art. 2º do mesmo Decreto possibilitou a realização de um Procedimento Competitivo de Margem de Escoamento, com o objetivo de priorizar os projetos para que se conectassem no SIN. Desta forma, foram abertas as Consultas Públicas nº 141/2022 e nº 148/2022, respectivamente, para trazer proposta de regulamentação das diretrizes para o Procedimento Competitivo para a Contratação de Margem de Escoamento para Acesso ao SIN, denominado Procedimento Competitivo por Margem - PCM e definição de sistemática para realização do certame. As Consultas Públicas ainda não tiveram o seu resultado publicado, porém o certame do PCM está previsto para ocorrer em junho de 2023. **22) Geração Elétrica Offshore:** Em janeiro de 2022 foi publicado o Decreto nº 10.946/2022, que trata sobre a regulamentação da seção diária em águas interiores do domínio da União, no mar territorial, na zona econômica exclusiva na plataforma continental para geração de energia elétrica offshore. O decreto tratou de encerrar as principais entidades setoriais envolvidas no processo offshore (EPPE, MME, ANEEL, Ministério da Infraestrutura - MINFRA, Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, Ministério do Turismo - MTUR, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Comando da Aeronáutica, Comando da Marinha), apresentando as diretrizes de como as sessões devem ser encerradas, como por exemplo, sendo planejada ou independente e onerosa ou gratuita, dentre outros temas pertinentes. Adicionalmente, em 20 de outubro de 2022, foram publicadas duas portarias que visam dispor de regulamentações e diretrizes complementares ao estabelecimento do Decreto nº 10.946/2022 e a criação de um Portal Único de Gestão do Uso das Áreas Offshore (PLUG-Offshore) onde constam todas as informações relacionadas ao acesso às Offshore concessionárias e abertas para empreendedores e órgãos envolvidos, sendo elas a Portaria nº 52/GM/MME/2022 e a Portaria Interministerial MME/MMA nº 03/2022, respectivamente. Adicionalmente, a ANEEL marcou continuidade da regulamentação das edificações offshore para o 1º semestre de 2024, conforme previsto na agenda regulatória ciclo 2023/2024. **23) Hidrogênio Verde:** O governo brasileiro lançou, em agosto de 2021, as Diretrizes para o Programa Nacional do Hidrogênio - PNH2, que foi instituído pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), por meio da Resolução nº 6, de 23 de junho de 2022, com o objetivo de fortalecer o mercado e a indústria do hidrogênio integrado ao vetor energético do Brasil. O PNH2 é formado por um Comitê Gestor - coordenado pelo MME e fregado por diversos órgãos e entidades de governo - e, inicialmente, contou com cinco Câmaras Temáticas para discussão de questões específicas: I. Fortalecimento das Bases Científico-Tecnológicas - sob a coordenação do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações; II. Capacitação de Recursos Humanos - sob a coordenação do Ministério de Educação; III. Planejamento Energético - sob a coordenação do MME; IV. Arcabouço Legal e Regulatório Normativo - sob a coordenação do MME; V. Abertura e Crescimento do Mercado e Competitividade - sob a coordenação do Ministério da Economia. Com intuito de dar um direcionamento às diretrizes, através da resolução CNPE nº 6 de 2022, o MME abriu consulta pública para colher contribuições ao Plano de Trabalho Trienal do Programa Nacional do Hidrogênio (2023-2025), que contém propostas de ações para fortalecimento das bases científico-tecnológicas; capacitação de recursos humanos; planejamento energético; arcabouço legal e regulatório-normativo; e abertura e crescimento do mercado e competitividade. **24) Usinas Híbridas e Associadas:** Em 2021, a ANEEL publicou a REN nº 954 em que trouxe regulamentação para a implantação de projetos híbridos e associados. Após a aprovação ao longo do ano de 2022 ajustes nas Regras e nos Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis às usinas híbridas e associadas foram publicadas. As alterações propostas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica dizem respeito a

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA. 04067191000160 Pub: 20/04/2023. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicadeflegavel.gub.br/valor/2023/04/20/CPFL156895782004203.pdf>

Hash: 1681936681901d4f3f50724537ae4720b25fa65f5a

continua →

→ continuação

Medição Física, Medição Contábil, Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), Penalidade de Energia, Cálculo do Desconto Aplicado à TUSD/UST, As suas regras possibilitam o investimento com maior segurança no segmento híbrido e associado, propiciando o uso mais racional e otimizado da rede bem como maior eficiência e segurança energética do sistema gerador em sua entrega.
25 Revisão das Garantias Físicas (UHEs): O MME publicou, em 02 de dezembro de 2022, a Portaria nº 709/GM/ME em os Valores Revisados de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente no SIN, que teve início de vigência em 1º de janeiro de 2023. O cálculo de Garantia Física de energia das plantas de geração hidrelétrica despachadas centralizadamente no SIN e suas revisões são de competência da EPE e seguem metodologias e critérios definidos pelo MME. Já o processo de revisão periódica, que acontece a cada cinco anos, denominado de Revisão Ordinária de Garantia Física, foi estabelecido no Decreto nº 2.655/1998 para incentivar o equilíbrio entre as usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e, ao mesmo tempo, manter a segurança dos recebíveis dos contratos de concessão de hidrelétricas. A revisão de 2022 abrangeu 120 das 150 usinas hidrelétricas da configuração de referência, o que representa 80% do parque gerador hidrelétrico despachado centralizadamente.
26) Revisão das Garantias Físicas (Eólicas) O MME publicou em 15 de dezembro de 2022 a revisão dos montantes de garantia física de energia de usinas eólicas com base na geração de energia elétrica verificada. Os novos entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023. Segundo a Portaria nº 63, as eólicas tiveram redução em suas garantias físicas por terem apresentado uma geração média inferior a 90% de suas garantias físicas vigentes. Outras 15 usinas tiveram aumento em suas garantias físicas por terem apresentado uma geração média superior a 105% de suas garantias físicas vigentes. Para esta revisão, o resultado do estudo mostrou que os eventos de *constrained-off* ocorridos não afetaram o valor da garantia física revisada dos empreendimentos, de forma que a aplicação da metodologia de revisão não influenciou as usinas que tiveram eventos de *constrained-off* no período apurado. Em que pese os estudos tenham indicado que os eventos de *constrained-off* afetariam o valor da revisão, tal resultado se deu pela baixa representatividade dos valores considerados nos estudos, frente a todo o histórico. De modo geral, os agentes têm buscado vias de contemplar isoladamente os efeitos de *constrained-off* nas revisões de garantia física.
27) Leião de Reserva de Capacidade: O Leião de Reserva de Capacidade tem como objetivo adequar a expansão da oferta de energia concomitantemente com a garantia de continuidade do fornecimento de eletricidade no SIN. O primeiro Leião desta modalidade foi executado em 2021. Foram contratados novos empreendimentos de fontes termelétricas à gás natural e biomassa. A previsão é de que a operação seja iniciada em 2026. Ao longo dos próximos anos ocorrerão novos Leiões de Reserva de Capacidade, sendo eles na forma de Energia de Reserva nos termos da Lei nº 14.182/2021, e na forma de potência. A previsão para realização dos leilões é nos meses de julho e novembro respectivamente, nos anos de 2023, 2024 e 2025.
28) Serviços Ancilares: Um dos temas de grande relevância que consta como prioridade de aprimoramento nas agendas do MME e ANEEL versa sobre o assunto de Serviços Ancilares prestados por agentes conectados ao SIN. Nos últimos anos, as instituições do setor elétrico brasileiro têm conduzido discussões acerca do tema, buscando contribuir, sob as óticas da operação, do planejamento e da regulação, para a robustez sistêmica necessária à operação do SIN, como Workshops, abertura de Consultas Públicas (CP ANEEL 083/2021, CP MME 145/2022) e reuniões entre entidades do Setor. Por último, importante ainda reforçar que o aprimoramento da regulamentação da prestação e remuneração de serviços ancilares no SIN consta da Agenda Regulatória 2023/2024 para ser realizada no 1º e 2º semestres de 2023, com previsão de publicação da nova norma no 1º semestre de 2024.
Tarifas e preços de energia elétrica: Segmento de distribuição
Reajustes Tarifários Anuais (RTAs) e Revisões Tarifárias Extraordinárias (RTEs): As seguintes distribuidoras tiveram suas tarifas reajustadas conforme abaixo:

Reajustes Tarifários Anuais (RTAs)					
Reajustes tarifários anuais (RTAs)	CPFL Santa Cruz	CPFL Paulista	RGE	CPFL Piratininga	
Resolução Homologatória	3.017	3.018	3.045	3.128	
Reajuste	7,82%	12,77%	8,72%	21,07%	
Parcela A	5,44%	7,27%	4,07%	14,47%	
Parcela B	2,69%	4,27%	3,53%	2,03%	
Componentes Financeiros	-0,31%	1,23%	1,12%	4,57%	
Efeito para o consumidor¹	8,63%	14,97%	10,98%	14,72%	
Data de entrada em vigor	22/03/2022	08/04/2022	22/06/2022	23/10/2022	

Revisões Tarifárias Extraordinárias		
Revisões Tarifárias Extraordinárias	CPFL Santa Cruz	CPFL Paulista
Resolução Homologatória	3.059	3.058
Componentes Financeiros	-2,32%	-2,44%
Efeito para o consumidor²	6,51%	12,53%
Data de entrada em vigor	12/07/2022	12/07/2022

Segmento de geração: Os contratos de venda de energia relativos às geradoras são de longo prazo e contém cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M, que é utilizado em nossos contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) bilaterais de Contratação Livre (ACL). Os contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) possuem hedjes de proteção de GSF e utilizam o IPCA como indexador e os contratos bilaterais firmados pela Campos Nova Energia (Enercan) utilizam uma combinação de indexadores de dólar e IGP-M.
Segmento de transmissão: Reajuste Tarifário Anual ("RTA"): A REH nº 3.067, de 12 de julho de 2022, estabeleceu as RAPs da Companhia e suas controladas, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023. Com a retificação da REH nº 2.960/2021 que trouxe o resultado definitivo da Revisão Tarifária Periódica ("RTP") de 2018 (após a fiscalização da SFF/ANEEL), para o Contrato de Concessão nº 055/2001, o índice de reposicionamento definitivo ficou em +4,71%. Nos ciclos 2020-2021 e 2021-2022 foram recebidos os valores considerando o índice de reposicionamento da RTP provisória que era de +7,53%, conforme REH nº 2.845/2021. A diferença dos valores entre as RTP definitiva (+4,71%) e provisória (+7,53%) está sendo devolvida por meio de parcela de ajuste, no ciclo 2022-2023. A RAP do Contrato de Concessão nº 055/2001, sem considerar a parcela de ajuste, é de R\$ 933 milhões, representando um incremento na ordem de 22% quando comparada à RAP Homologatória do ciclo anterior (2021-2022). Este aumento é devido, principalmente ao segundo ciclo do replanejamento do componente financeiro da Portaria MME nº 120/2016 (RBSE) onde há um incremento de 46% no componente, bem como da atualização de O&M oriunda da RTP de 2018 e de ajustes no componente econômico da Portaria MME nº 120/2016. Além destes, houve o reconhecimento de recursos interpostos contra as REH nº 2.895/2021 e REH nº 2.959/2021 e outros ajustes realizados na base, somados ao reajuste pelo IPCA que superam o impacto negativo da RTP e resultam no incremento de receita para o ciclo 2022-2023.

(em milhares de reais)							
REH 2.959/2021 (*)	IPCA	Ampliações, reforços e melhorias	RBE (**)	RTP	Ajuste da base	Parcela de ajuste	REH 3.067/2022 (*)
763.074	86.892	7.692	83.693	-21.318	13.566	-16.359	933.599

(*) Valores homologados não considerando a Parcela de ajuste - PA

(**) Valores incluem incremento do componente financeiro, ajuste no componente econômico (PRT 120/16) e a trajetória de O&M.

A Receita Homologada líquida (de PIS e COFINS) total da Companhia, referente aos Contratos de Concessão nº 055/2001, nº 080/2002 e da controlada TESB, nº 001/2001, apresenta a seguinte composição: (em milhares de reais)

Contrato de Concessão	REDE BÁSICA				Demais Instalações de Transmissão - DIT				Total 2023 (*)	Total 2022 (*)
	RBESE	RBNi	RBL	Parcela Ajuste	RPC	RCDM	RPEC	Parcela Ajuste		
055/2001	579.905	144.032	—	-23.386	133.693	75.970	—	7.027	917.241	832.373
080/2002	—	—	-22.438	-705	—	—	—	-21.733	19.717	19.717
001/2011	—	—	-25.214	-3.915	—	—	-2.710	—	-24.009	18.374
	579.905	144.032	47.652	28.006	133.693	75.889	2.710	7.027	962.983	870.464

(*) Valores considerando as parcelas de ajuste - PA.

Revisão Tarifária Periódica ("RTP") TESB: Em 21 de junho de 2022 foi publicada a REH nº 3.050/2022 que homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica dos Contratos de Concessão outorgados mediante licitação, na modalidade de leilão público. Para esses contratos, a revisão é realizada sobre a RAP ofertada no Leilão, mediante o recálculo do Custo de Capital de Terceiros (r_c). Neste escopo constou a revisão do Contrato de Concessão nº 001/2011 da controlada TESB que resultou em um índice de reposicionamento de +26,71%.
Contrato de concessão nº 4/2021-ANEEL: Em 31 de março de 2021, foi celebrado o Contrato de Concessão nº 4/2021-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão na SE 230/138 kV Cachoerinha 3, referente ao Lote 6 do Edital do Leilão nº 01/2020-ANEEL. A entrada em operação dos ativos está prevista para 2024 e a RAP que a Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão é de R\$ 11.106.511,48 (onze milhões, cento e seis mil, quinhentos e onze reais e quarenta e oito centavos), conforme RAP Homologada atualizada para o Ciclo 2022-2023.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

VENDAS DE ENERGIA: Em 2022, o fornecimento de energia elétrica (quantidade de energia faturada para consumidores finais) totalizou 46.234 GWh, redução de 7,3% (3.652 GWh) em relação a 2021. Destaca-se o desempenho das classes residencial, comercial e industrial, que juntas representam 83,9% do fornecimento de energia elétrica.
• Classe Residencial: redução de -0,6%, refletindo principalmente o incremento de MIMGD (Micro e Minigeração Distribuída) e a volta da mobilidade, após a pandemia da Covid-19. Esses impactos foram parcialmente compensados pelo incremento de unidades consumidoras em 2022 em relação a 2021 e efeito positivo de temperatura;
• Classes Comercial e Industrial: reduções de -5,9% e -21,8%, respectivamente, refletindo o fraco desempenho econômico no ano, incremento de MIMGD e saída de clientes ativos para o mercado livre. O suprimento de energia elétrica, por meio de outras concessionárias, permissionárias e autorizadas, atingiu 15.896 GWh, o que representou um incremento de 3,8% (546 GWh), devido principalmente a um aumento das vendas das comercializadoras (por meio de contratos bilaterais), parcialmente compensado pela migração de permissionárias.

Distribuidora	Indicadores * DEC e FEC		DEC (horas)	FEC (nº vezes)	
	2021	2022		2021	2022
CPFL Paulista	5,25	6,21	3,56	4,24	
CPFL Piratininga	4,95	5,95	3,65	4,13	
RGE	10,55	10,84	4,63	4,63	
CPFL Santa Cruz	4,74	5,66	3,22	4,21	

DESEMPENHO NO SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA: O Grupo manteve a estratégia de estimular a disseminação e o compartilhamento das melhores práticas de gestão e operação nas distribuidoras, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes. A seguir são apresentados os resultados alcançados pelas distribuidoras nos principais indicadores que medem a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica. O DEC (Duração Equivalente de Interrupções) mede a duração média, em horas, de interrupção por consumidor no ano e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções) indica o número médio de interrupções por consumidor no ano.

DESEMPENHO NO SEGMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA: O ano de 2022 foi marcado por uma pior performance de nossos parques eólicos em relação a 2021. Nossa disponibilidade permaneceu em um patamar elevado, de 96,0%, e contribuiu para o resultado do ano, mas apesar disso, a geração eólica caiu 14,0%, dado o menor desempenho dos ventos, em função do maior volume de chuvas no Nordeste. Os reajustes contratuais, boa parte deles em IGP-M, favoreceram o bom resultado desse período. O cenário hidrológico favoreceu as nossas UHEs e PCHs, resultando em um aumento de 91,0% e 63,3% na vazão, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022, a capacidade instalada do segmento de Geração do grupo CPFL totalizava 4.411 MW, compreendendo 8 usinas hidrelétricas (1.996 MW), 49 parques eólicos (1.391 MW), 46 PCHs e 6 GHS (472 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW), 2 UTEs (182 MW) e 1 usina solar (1 MW). Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração. Contamos com um portfólio de 4.399 MW de projetos em desenvolvimento para os próximos anos e atualmente possuímos um projeto em construção, a PCH Lucia Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação prevista para 2024.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os resultados aqui apresentados são influenciados pela consolidação dos resultados da CPFL Transmissão no grupo CPFL Energia.
RECEITA OPERACIONAL: A receita operacional bruta totalizou R\$ 54.650 milhões, representando uma redução de 3,0% (R\$ 1.690 milhões), decorrente das seguintes reduções: (i) de R\$ 3.081 milhões no ativo e passivo financeiro setorial; (ii) de 5,4% no fornecimento de energia elétrica (R\$ 1.910 milhões); (iii) de 12,4% no suprimento de energia elétrica (R\$ 230 milhões). Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos seguintes aumentos: (iv) de 61,7% na receita em construção da infraestrutura da concessão (R\$ 2.044 milhões); (v) de 23,4% em outras receitas operacionais (R\$ 1.740 milhões); e (vi) de 20,3% na atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 237 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 15.296 milhões, apresentando uma redução de 10,7% (R\$ 1.835 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 39.354 milhões, representando um aumento de 0,4% (R\$ 144 milhões).
GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA - EBITDA: A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 12.263 milhões, um aumento de 33,9% (R\$ 3.103 milhões), refletindo principalmente a redução de 21,8% (R\$ 5.037 milhões) nos custos com energia elétrica e o aumento de 0,4% (R\$ 144 milhões) na receita operacional líquida. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos seguintes fatores: (i) aumento de 25,2% (R\$ 2.327 milhões) nos custos e despesas operacionais, inclusive gastos com previdência privada e custos com construção de infraestrutura, e (ii) redução de 6,0% (R\$ 31 milhões) na equivalência patrimonial. Conforme Resolução CVM nº 156/22

Conciliação do Lucro líquido e EBITDA			
	2022	2021	
Lucro Líquido	5.218.813	4.853.751	
Depreciação e amortização	2.031.445	1.751.415	
Amortização Mais Valia de Ativos	579	579	
Resultado financeiro	2.911.269	792.482	
Contribuição social	561.078	477.563	
Imposto de renda	1.539.757	1.284.145	
EBITDA	12.262.942	9.159.934	

¹Conforme Resolução CVM nº 156/22

CPFL Energia S.A. - CNPJ nº 02.429.144/0001-93

Relatório de Administração

LUCRO LÍQUIDO: Em 2022, o lucro líquido do exercício atingiu R\$ 5.219 milhões, um aumento de 7,5% (R\$ 365 milhões), refletindo principalmente o aumento de 33,9% (R\$ 3.103 milhões) no EBITDA. Esse efeito foi compensado pelos seguintes aumentos: (i) de 267,4% (R\$ 2.119 milhões) nas despesas financeiras líquidas; (ii) de 19,2% (R\$ 339 milhões) de imposto de renda e contribuição social; e (iii) de 16,0% (R\$ 280 milhões) em depreciação e amortização.
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: A política de dividendos da CPFL Energia estabelece que seja distribuído no mínimo 50% do lucro líquido, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, aos titulares de suas ações.
DIVIDENDOS DECLARADOS E PAGOS EM 2022: Em 2022, foi aprovado o pagamento de 100% dos dividendos distribuíveis referentes ao resultado do exercício de 2021. Em complemento ao dividendo intermediário, aprovado em 2021, no montante de R\$ 804 milhões, relativos ao resultado de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 29 de abril de 2022, o pagamento de dividendos no montante de R\$ 3.758 milhões, equivalentes a R\$ 242.820516 por ação ordinária. Fizeram jus aos dividendos os acionistas detentores de ações em 29 de abril de 2022, e a partir de 2 de maio de 2022 as ações passaram a ser negociadas "ex-dividendo" na B3. Dessa forma, referente ao exercício de 2021, foram pagos dividendos no montante de R\$ 4.540 milhões, equivalentes a R\$ 3.940043070 por ação ordinária.
DIVIDENDOS REFERENTE AO LUCRO LÍQUIDO DE 2022 BASE PARA DISTRIBUIÇÃO: A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	R\$ mil	
Lucro líquido do exercício - individual	5.099.586	
Realização do resultado abrangente	27.124	
Dividendos prescritos	1.718	
Lucro líquido base para destinação	5.128.428	
Reserva legal	(254.979)	
Reserva de lucros a realizar	(1.683.741)	
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(767.405)	
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.211.152)	
Dividendo adicional proposto	(1.211.152)	
Payout (exclui reserva legal)	50,0%	

Nota: (1) Para chegarmos ao payout de 50%, devemos dividir os valores dos dividendos mínimo e adicional pelo lucro líquido ajustado (exclui reserva legal).
O Conselho de Administração propõe a distribuição de R\$ 2.422 milhões em dividendos aos detentores de ações ordinárias, negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). O valor proposto corresponde a R\$ 2.102229464 por ação, relativo ao exercício de 2022 e será distribuído após a aprovação em AGO.
ENDIVIDAMENTO: No final de 2022, a dívida financeira bruta (incluindo derivativos) da Companhia atingiu R\$ 28.201 milhões, apresentando um aumento de 18,3%. As disponibilidades totalizaram R\$ 4.602 milhões, um aumento de 65,2%. Com isso, a dívida financeira líquida passou para R\$ 23.418 milhões, registrando um aumento de 12,1%. Esse aumento é principalmente consequência do forte investimento (CAPEX) realizado em todos os segmentos do grupo CPFL.

5. INVESTIMENTOS

Em 2022, foram realizados investimentos de R\$ 5.805 milhões para manutenção e expansão do negócio, o maior CAPEX registrado pelo grupo CPFL até então, dos quais R\$ 4.791 milhões foram direcionados à distribuição, R\$ 258 milhões à geração e R\$ 60 milhões à comercialização, serviços e outros. Complementarmente, houve um investimento de R\$ 697 milhões relacionado ao segmento de transmissão. Entre os investimentos da CPFL Energia em 2022 podemos destacar:
Distribuição: foram feitos investimentos na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e no reforço do sistema elétrico para atender ao crescimento de mercado, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes, entre outros. Em 31 de dezembro de 2022, nossas distribuidoras possuem 10,3 milhões de clientes, um acréscimo de 0,1 milhão de clientes. Nossa rede de distribuição consistia em 339.968 km de linhas de distribuição, incluindo 509.419 transformadores de distribuição. Nossas quatro subsidiárias de distribuição tinham 12,079 km de linhas de distribuição de alta tensão, entre 23 kV e 138 kV. Nesta data, detinhamos 589 subestações transformadoras de alta tensão para média tensão para subsequente distribuição, com capacidade total de transformação de 19.913 MVA (acréscimo de 735 MVA).
Geração: em 2022, foram investidos R\$ 258 milhões, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e manutenção de parques eólicos e usinas;
Transmissão: em 2022, foram realizados investimentos de R\$ 697 milhões, para a manutenção e expansão do negócio. Incluso nesse valor estão os aportes realizados na controlada Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB, que totalizaram R\$ 47 milhões.

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CPFL Energia ("Companhia") é a *holding* do Grupo CPFL, com atuação no setor energético brasileiro, implementando e operando projetos e concessões nos segmentos de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia e de atividades correlatas, por meio de suas Subsidiárias e Afiliadas. O modelo de governança corporativa da CPFL Energia é baseado nos 4 princípios básicos do Sistema de Governança Corporativa no Brasil: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. As Diretrizes de Governança Corporativa da Companhia, em conjunto com os Estatutos/Contratos Sociais da Companhia e de suas Subsidiárias e Afiliadas, os Regimentos Internos (Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês e Comissões de Assessoramento ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria), os Acordos de Acionistas quanto existentes e as Políticas pertinentes a governança corporativa delineiam o conjunto das práticas adotadas pela CPFL Energia. Em 2022, a CPFL Energia completou 18 anos de abertura de seu capital na B3. Com 110 anos de atuação no Brasil, a Companhia possui ações listadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão ("B3"), segmento de listagem diferenciado que reúne empresas que adere, voluntariamente, às melhores práticas de governança corporativa. Todas as ações da CPFL Energia são ordinárias, garantindo o direito de voto a todos os seus acionistas. Além disso, os acionistas têm assegurado *Tag Along* de 100% em caso de alienação do controle acionário. A Administração da CPFL Energia é formada pelo Conselho de Administração ("CA") e pela Diretoria Executiva. O CA é responsável pelo direcionamento estratégico dos negócios do Grupo CPFL, composto por 7 membros (sendo 2 membros independentes e 1 mulher), todos com mandato de 2 anos, com possibilidade de reeleição. Em 2022 foram eleitos o novo Presidente Sr. Daobian Chen e a conselheira Sra. Liu Yanli. A alteração na composição do CA representa uma oxigenação no órgão e a oportunidade de introduzir novos conhecimentos e vivências. O CA possui 5 comitês de assessoramento (Auditoria, Partes Relacionadas, Pessoas, Finanças e Gestão de Riscos e Estratégia, Crescimento, Inovação e ESG) que auxiliam nas decisões e acompanhamentos de temas relevantes e estratégicos. Destacamos que o Comitê de Auditoria é composto por 3 membros independentes (sendo 2 membros do CA e 1 membro externo) e o Comitê de Partes Relacionadas por maioria de independentes. A Diretoria Executiva é composta por 1 Presidente e 6 Vice-Prezidências, cujos respectivos cargos possuem mandatos de 2 anos, com possibilidade de reeleição. Cabe à Diretoria Executiva a execução da estratégia do Grupo CPFL definida pelo CA. A CPFL Energia possui um Conselho Fiscal permanente, composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, todos com mandato de 1 ano, com possibilidade de reeleição, cuja função é desempenhar um papel de fiscalização independente dos administradores e com objetivo de preservar o valor da organização. A gestão, controle e constante aperfeiçoamento dos processos de governança do Grupo CPFL são conduzidos pela Diretoria de Governança Corporativa. Dentre suas responsabilidades, desempenha o papel de Secretária de Governança nas reuniões do Conselho de Administração, Comitês e Comissões de Assessoramento ao Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva e Assembleias de Acionistas. A Diretoria de Governança Corporativa responde funcionalmente ao Conselho de Administração da CPFL Energia, operando em várias frentes a fim de garantir a adoção de melhores práticas de Governança Corporativa e garantir o alinhamento do processo decisório com a visão estratégica das acionistas e melhor interesse de todos os *stakeholders*, gerando valor para todos os interessados. O Conselho de Administração da Companhia é formado por 12 membros, composta por duas gerências, a Gerência de Governança Corporativa e a Gerência Jurídico-Societária que conta com a Coordenação de Assuntos Estratégicos do CA. A Coordenação de Assuntos Estratégicos do CA realiza o acompanhamento de temas estratégicos e projetos de interesse do CA, monitora a execução e desenvolvimento dos temas deliberados no CA com suporte das áreas de negócio do Grupo CPFL. Como resultado dos trabalhos desenvolvidos e por meio da apresentação de KPIs, o CA conta com uma ferramenta de gestão inovadora no mercado brasileiro que assegura controle, compliance, transparência e responsabilidade corporativa nos processos de governança do Grupo CPFL. Em 2022 a coordenação monitorou 142 temas e divulgou 20 newsletters sobre assuntos de relevância. Em todas suas atividades a coordenação conta com contribuição e integração com todas as áreas de negócio da Companhia. Por meio do monitoramento da execução e desenvolvimento dos temas deliberados no CA, a atuação da Coordenação de Assuntos Estratégicos do CA representa importante ferramenta de *accountability*. As diretrizes e o conjunto de documentos relativos à governança corporativa estão disponíveis no website de Relações com Investidores: <http://www.cpfll.com.br/ri/>.

7. MERCADO DE CAPITAIS

Em 31 de dezembro de 2022, a CPFL Energia possuía 16,29% de suas ações em circulação no mercado (*free float*), tendo suas ações negociadas na B3 (B3). Em 2022, as ações da CPFL Energia apresentaram a maior variação anual entre as empresas do setor elétrico no Brasil, com valorização de 23,7% em relação ao ano anterior, encerrando o ano cotadas a R\$ 33,20 por ação. O volume médio diário de negociação atingiu R\$ 92,3 milhões na B3, representando um aumento de 24,2% em relação a 2021. A descolação da Eletrobrás somada a outros fatores macroeconômicos movimentaram as ações do setor elétrico, o que resultou nessa alta. O número de negociações realizadas na B3 se manteve estável, apesar do crescimento de 0,09%, passando de uma média diária de 10.883 negócios, em 2021, para 10.892 negócios, em 2022.

	CPFE3	B3	IEE	IBOV
31/12/2022	RS 33,20		28.679	109.735
30/12/2021	RS 26,83		76.305	104.822
Var 12M	23,7%		3,1%	4,7%

Na B3, a CPFL Energia compõe os índices IBOVESPA, IBRX-100, IIE, IDIV, IIGC, ITAG, ISE e IC02, sendo os dois últimos, índices da bolsa brasileira que consideram o tema da sustentabilidade. Cabe destacar que, no processo de seleção da carteira do ISE em 2022, a Companhia ficou em 3º lugar no ranking, dentre as 83 participantes do processo seletivo. A Companhia está também no índice FTSE4Good *emerging markets* da Bolsa de Londres, com nota 3,3 (o mínimo exigido para participação é 2,9). Ademais, foi reconhecida e integrou a carteira ESG do banco Santander.

8. ASPECTOS ESG (AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA)

Desenvolvemos iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.
Plano ESG 2030: aprovado em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.
Plataforma de Sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.
Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.
Mudanças do Clima: estamos desenvolvendo com a transição para uma economia de baixo carbono o enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: www.cpfll.com.br/ri/ > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.
Gestão Ambiental: nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos ambientais. As diretrizes e os processos que adotamos são unificados no Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que assegura a conformidade de todas as operações com as licenças ambientais e direciona os investimentos que agregam valor para toda a cadeia produtiva.
Reconhecimentos de Sustentabilidade em 2022: integrante dos Índices de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e de Carbono Eficiente (ICO2) da Bolsa de Valores de São Paulo (B3); selo Ouro no Programa GHG Protocol; Prêmio ECO 2022, organizado pela Amcham e Epoca; 5 projetos destacados pelo Acordo Ambiental de São Paulo, coordenado pela CETESB; 4 projetos destacados no Brasil pelo Meio Ambiente, iniciativa da Amcham e do ICC; Prêmio Abradee 2022, categoria Responsabilidade Socioambiental (CPFL Piratininga); Certificação Top Employers 2022; "Ética 360", com 1º posição em ESG/Socioambiental; As melhores da Diretoria.
Tema de Gestão e Desenvolvimento de Ética (SGDE): O Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) aplicação de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, (iv) monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade. O Programa conta, ainda, com um canal de ética gerido por uma empresa externa e independente, e um processo de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2022, temos como principal destaque a obtenção da Certificação ISO 37001 - Sistema de Gestão Anti-Fraude, que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Além disso, enfatizamos o seguinte resultado no quesito Ética nos Negócios: o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3); a revisão do Código de Conduta Ética e da Política Anticorrupção, bem como dos demais norm

→ continuação **CPFL Energia S.A. - CNPJ nº 02.429.144/0001-93**

Balancos Patrimoniais										
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)										
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	5	189.100	8.287	3.746.158	2.199.952					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	856.244	585.858					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	-	-	5.071.130	5.425.177					
Estoques		-	-	190.310	150.867					
Dividendo e juros sobre o capital próprio	13	866.863	87.081	5.114	134.613					
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	35.291	67	525.532	97.083					
Outros tributos a compensar	8	36.902	13.905	751.353	375.680					
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8	-	-	1.685.643	1.288.824					
Derivativos	35	-	-	201.698	357.350					
Ativo financeiro setorial	9	-	-	230.816	2.373.727					
Ativo contratual	15	-	-	709.222	845.025					
Outros ativos	12	74	662	1.206.817	1.718.346					
Total do circulante		1.128.231	110.002	15.180.037	15.552.504					
Não circulante										
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	-	-	205.659	259.173					
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora		52.859	168.943	-	-					
Depósitos judiciais	23	537	646	716.921	858.981					
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	411	411	121.381	117.332					
Outros tributos a compensar	8	-	-	528.493	286.498					
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8	-	-	6.794.863	7.936.570					
Ativo financeiro setorial	9	-	-	214.133	816.748					
Derivativos	35	-	-	305.862	990.491					
Créditos fiscais diferidos	10	2.566	2.178	247.816	231.594					
Ativo financeiro da concessão	11	-	-	18.202.007	13.281.686					
Investimentos em instrumentos patrimoniais		-	-	89.041	116.654					
Outros ativos	12	9.330	2.159	287.039	199.500					
Investimentos	13	16.402.651	14.940.841	622.508	1.202.944					
Imobilizado	14	2.573	1.515	10.614.068	8.754.616					
Intangível	16	141	440	9.907.344	9.673.609					
Ativo contratual	15	-	-	7.108.910	5.840.981					
Total do não circulante		16.471.067	15.117.133	95.966.044	50.567.374					
Total do ativo		17.599.298	15.227.134	171.146.081	66.119.878					

Demonstrações dos Resultados

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	27	90	45	39.354.237	39.210.148					
Custo do serviço										
Custo com energia elétrica	28	-	-	(18.070.459)	(23.107.257)					
Custo com operação		(8.149)	-	(4.056.829)	(3.322.199)					
Depreciação e amortização		(8.146)	-	(1.561.868)	(1.335.080)					
Outros custos com operação	29	(3)	-	(2.494.961)	(1.987.119)					
Custo com serviço prestado a terceiros										
Lucro operacional bruto	29	(8.059)	45	11.836.493	9.257.482					
Despesas operacionais										
Despesas com vendas		1	-	(806.434)	(793.611)					
Depreciação e amortização		-	-	(9.613)	(9.108)					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(318.628)	(338.707)					
Outras despesas com vendas	29	1	-	(478.193)	(445.796)					
Despesas gerais e administrativas		(56.318)	(36.324)	(1.470.759)	(1.084.757)					
Depreciação e amortização		(389)	(406)	(141.633)	(109.033)					
Outras despesas gerais e administrativas	29	(55.929)	(35.918)	(1.329.126)	(975.724)					
Outras despesas operacionais		(75)	-	(181.086)	(492.979)					
Lucro líquido do período										
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros		-	-	-	-					
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários		-	-	-	-					
Mutuações internas do patrimônio líquido										
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado		-	-	237.402	-					
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído		-	-	-	-					
Constituição da reserva legal		-	-	237.402	-					
Outras movimentações		-	-	-	-					
Transações de capital com os acionistas										
Combinação de negócios		(2.370)	-	(1.730.496)	-					
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle		-	(2.370)	-	-					
Dividendo adicional proposto		-	-	-	3.735.932					
Dividendo prescrito		-	-	-	1.020					
Aprovação da proposta de dividendo		-	-	(1.730.496)	(865.248)					
Dividendo intermediário		-	-	-	-					
Saldo em 31 de dezembro de 2021		9.388.071	(1.646.145)	1.455.685	4.072.689		3.735.932	301.237	(2.161.267)	706.371
Resultado abrangente total										
Lucro líquido do período		-	-	-	-					
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros		-	-	-	-					
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários		-	-	-	-					
Mutuações internas do patrimônio líquido										
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado		-	-	254.979	767.405					
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído		-	-	-	-					
Constituição da reserva legal		-	-	254.979	-					
Outras movimentações		-	-	-	-					
Transações de capital com os acionistas										
Combinação de negócios (nota 13)		249.807	-	-	-					
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle		-	249.807	-	-					
Dividendo adicional proposto		-	-	-	1.211.152					
Dividendo prescrito		-	-	-	1.718					
Aprovação da proposta de dividendo		-	-	(3.735.932)	-					
Saldo em 31 de dezembro de 2022		9.388.071	(1.396.339)	1.710.665	4.840.094		1.683.741	1.211.152	274.113	(1.454.897)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de capital de giro	Reserva de lucro a realizar	Dividendo	Custo atribuído	Resultado abrangente acumulado		Participação de acionistas não controladores				
								Reserva estatutária/Reforço	Risco de crédito na marcação a mercado	Lucros acumulados	Total	Resultado abrangente acumulado	Outros componentes do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.388.071	(1.643.775)	1.218.283	5.803.185	-	865.248	329.502	(2.024.737)	13.935.777	6.501	293.499	14.235.776		
Resultado abrangente total														
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	(136.530)	4.748.049	4.611.519	76.317	4.887.876		
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(35.396)	4.748.049	4.748.049	105.702	4.853.751		
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Mutuações internas do patrimônio líquido														
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	237.402	-	(28.265)	(209.137)	(42.826)	(42.826)	(1.777)	1.565	(212)		
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(42.826)	42.826	-	-	(2.693)	2.693	-		
Constituição da reserva legal	-	-	-	237.402	-	14.561	(14.561)	-	-	916	(916)	-		
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Transações de capital com os acionistas														
Combinação de negócios	(2.370)	-	-	(1.730.496)	-	-	-	-	(4.538.912)	(3.401.094)	-	-		
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(2.370)	-	-	-	-	-	-	-	(2.370)	2.370	-		
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	3.735.932	-	(3.735.932)	-	-	-	-	-		
Dividendo prescrito	-	-	-	-	1.020	-	1.020	-	-	-	1.020	-		
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	(1.730.496)	(865.248)	-	(2.595.744)	-	-	(89.107)	(2.684.851)	-		
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	(804.000)	-	-	-	(804.000)	-		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.388.071	(1.646.145)	1.455.685	4.072.689	3.735.932	301.237	(2.161.267)	706.371	15.146.202	4.724	1.654.952	16.805.879		
Resultado abrangente total														
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	706.371	5.099.586	5.099.586	118.747	5.228.703		
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(10.999)	5.099.586	5.099.586	119.227	5.218.813		
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	119.227	105.703		
Mutuações internas do patrimônio líquido														
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	254.979	767.405	1.683.741	(27.124)	(2.679.000)	(2.679.000)	(1.778)	2.627	849		
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(41.097)	41.097	(41.097)	(2.693)	2.693	-		
Constituição da reserva legal	-	-	-	254.979	-	-	13.973	(13.973)	-	916	(916)	-		
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Transações de capital com os acionistas														
Combinação de negócios (nota 13)	249.807	-	-	-	-	-	-	-	(2.420.58					

→ continuação

CPFL Energia S.A. - CNPJ nº 02.429.144/0001-93

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial: As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimento	31/12/2022		31/12/2021		2022		2021	
	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimonial líquido	Resultado de equivalência patrimonial	Participação patrimonial líquido	Resultado de equivalência patrimonial
CPFL Paulista	19.999.870	1.360.797	1.193.878	707.238	1.193.678	1.551.033	707.238	1.312.746
CPFL Piratininga	7.122.403	263.085	366.553	512.992	366.553	387.459	512.992	500.398
CPFL Santa Cruz	1.925.683	170.413	442.243	103.407	442.243	432.359	103.407	87.389
RGE	16.340.621	2.842.391	3.985.709	1.054.697	3.517.956	3.271.259	952.937	873.797
CPFL Geração	5.356.384	2.022.783	4.044.252	2.042.978	4.044.252	4.207.597	2.042.978	1.217.513
CPFL Renováveis	9.697.008	4.032.292	5.757.919	1.292.262	2.830.016	2.815.646	635.148	719.160
CPFL Jaguarí Geração	36.635	40.108	25.432	(14.676)	25.432	59.214	(14.676)	26.960
CPFL Brasil	4.711.481	1.352.828	3.091.351	242.628	3.091.351	1.319.878	242.628	35.888
CPFL Fianalto	5.831	630	5.039	4.409	5.039	3.014	4.409	4.419
CPFL Serviços	427.526	150.299	188.900	7.269	188.900	183.537	7.269	27.192
CPFL Atende	24.524	5.991	14.335	11.550	14.335	17.645	11.550	11.943
CPFL Infra	17.602	38	6.547	5.950	6.547	4.841	5.950	4.243
CPFL Pessoas	18.453	811	11.861	11.861	12.834	8.004	11.861	11.901
CPFL Finanças	22.296	385	17.105	20.643	17.105	12.565	20.643	15.103
CPFL Supre	10.346	826	5.926	10.807	5.926	5.432	10.807	6.950
CPFL Telecom	4.122	1.928	3.613	320	3.613	3.293	320	63
CPFL Eficiência	164.831	95.234	155.650	9.761	155.650	145.850	9.761	12.064
AUTHI	24.738	10	14.096	1.446	14.096	12.650	1.446	224
Alesta	125.370	38.126	118.647	44.116	118.647	76.627	44.116	32.690
Cilion	635	206	484	224	484	260	224	38
Subtotal Investimento - pelo patrimônio líquido da controlada	160.546.658	14.517.982	14.517.982	16.054.658	14.517.982	14.517.982	16.054.658	4.900.680

Amortização da mais valia de ativos

	2022	2021
Investimento	16.054.658	14.517.982
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.011.538	14.517.982
	1.043.120	-

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 74.867 (R\$ 73.342 em 2021) é classificada na rubrica "resultado de participações societárias", em consonância com o ICPC 09 (R2). A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios de 2022 e 2021 é como segue:

Investimento	Investimento em 31/12/2021		Equivalência patrimonial (Resultado)		Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)		Dividendo e Juros sobre capital próprio		Adiantamento para futuro aumento de capital		Investimento em 31/12/2022	
	em 31/12/2021	patrimonial (Resultado)	em 31/12/2021	(Resultado abrangente)	em 31/12/2021	(Resultado abrangente)	em 31/12/2021	patrimonial (Resultado)	em 31/12/2021	patrimonial (Resultado)	em 31/12/2022	patrimonial (Resultado)
CPFL Paulista	1.551.033	707.238	1.312.746	263.192	(1.327.785)	-	-	-	-	-	1.551.033	707.238
CPFL Piratininga	387.459	512.992	387.459	83.197	(617.095)	-	-	-	-	-	387.459	512.992
CPFL Santa Cruz	432.359	103.407	432.359	(177)	(93.346)	-	-	-	-	-	432.359	103.407
RGE	3.271.259	952.937	3.271.259	45.881	(752.121)	-	-	-	-	-	3.271.259	952.937
CPFL Geração	4.207.597	2.042.978	4.207.597	3.288	(2.210.001)	-	-	-	-	-	4.207.597	2.042.978
CPFL Renováveis	2.815.646	635.148	2.815.646	3.178	(624.334)	-	-	-	-	-	2.815.646	635.148
CPFL Jaguarí Geração	59.214	(14.676)	59.214	-	(19.106)	-	-	-	-	-	59.214	(14.676)
CPFL Brasil	1.319.878	242.628	1.319.878	307.811	(57.624)	-	-	-	-	-	1.319.878	242.628
CPFL Fianalto	3.014	4.409	3.014	-	(2.394)	-	-	-	-	-	3.014	4.409
CPFL Serviços	183.357	7.269	183.357	-	(1.726)	-	-	-	-	-	183.357	7.269
CPFL Atende	17.645	1.150	17.645	-	(4.460)	-	-	-	-	-	17.645	1.150
CPFL Infra	4.841	5.950	4.841	-	(4.243)	-	-	-	-	-	4.841	5.950
CPFL Pessoas	8.004	11.861	8.004	-	(7.031)	-	-	-	-	-	8.004	11.861
CPFL Finanças	12.565	20.643	12.565	-	(16.103)	-	-	-	-	-	12.565	20.643
CPFL Supri	5.432	10.807	5.432	-	(10.314)	-	-	-	-	-	5.432	10.807
CPFL Telecom	3.293	320	3.293	-	-	-	-	-	-	-	3.293	320
CPFL Eficiência	145.850	9.761	145.850	-	(13.461)	-	-	-	-	-	145.850	9.761
AUTHI	12.650	1.446	12.650	-	-	-	-	-	-	-	12.650	1.446
Alesta	76.627	44.116	76.627	-	(2.095)	-	-	-	-	-	76.627	44.116
Cilion	260	38	260	-	-	-	-	-	-	-	260	38
	14.517.982	5.300.680	14.517.982	706.371	(5.763.228)	1.043.120	249.807	16.054.658	16.054.658	16.054.658	14.517.982	5.300.680

Investimento em 31/12/2020	Aumento/Integralização de capital em 31/12/2020		Equivalência patrimonial (Resultado)		Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)		Dividendo e Juros sobre capital próprio		Adiantamento para futuro aumento de capital		Investimento em 31/12/2021	
	em 31/12/2020	de capital em 31/12/2020	em 31/12/2020	(Resultado)	em 31/12/2020	(Resultado abrangente)	em 31/12/2020	patrimonial (Resultado)	em 31/12/2020	patrimonial (Resultado)	em 31/12/2021	patrimonial (Resultado)
CPFL Paulista	839.291	-	1.312.746	263.192	(81.723)	(519.281)	-	-	-	-	839.291	1.312.746
CPFL Piratininga	188.193	-	387.459	83.197	(626)	(300.506)	-	-	-	-	188.193	387.459
CPFL Santa Cruz	529.951	-	432.359	87.389	(1.581)	(183.400)	-	-	-	-	529.951	432.359
RGE	3.128.857	-	3.271.259	45.881	3.766	(735.162)	-	-	-	-	3.128.857	3.271.259
CPFL Geração	4.588.486	1.087.000	4.588.486	3.797	1.357	(1.568.667)	(1.087.000)	(1.091)	-	-	4.588.486	4.588.486
CPFL Renováveis	2.882.354	-	2.882.354	3.178	1.312	(786.125)	-	(1.055)	-	-	2.882.354	2.882.354
CPFL Jaguarí Geração	56.775	-	56.775	-	(24.521)	-	-	-	-	-	56.775	-
CPFL Brasil	89.871	1.350.000	89.871	35.888	(59.259)	(96.400)	-	(222)	-	-	89.871	35.888
CPFL Fianalto	4.926	-	4.926	4.419	-	(6.330)	-	-	-	-	4.926	4.419
CPFL Serviços	183.179	-	183.179	7.269	-	(27.013)	-	-	-	-	183.179	7.269
CPFL Atende	12.211	-	12.211	11.943	-	(6.509)	-	-	-	-	12.211	11.943
CPFL Infra	598	-	598	4.243	-	-	-	-	-	-	598	4.243
CPFL Pessoas	5.183	-	5.183	11.901	-	(9.080)	-	-	-	-	5.183	11.901
CPFL Finanças	8.047	-	8.047	15.102	-	(10.584)	-	-	-	-	8.047	15.102
CPFL Supri	3.652	-	3.652	6.950	-	(5.170)	-	-	-	-	3.652	6.950
CPFL Telecom	3.231	-	3.231	62	-	-	-	-	-	-	3.231	62
CPFL Eficiência	133.786	5.000	133.786	12.064	-	-	-	-	-	-	133.786	12.064
AUTHI	12.425	-	12.425	224	-	-	-	(5.000)	-	-	12.425	224
Alesta	45.490	-	45.490	32.690	-	(1.553)	-	-	-	-	45.490	32.690
Cilion	-	-	-	38	-	-	-	-	-	-	-	38
	12.686.504	2.442.000	12.686.504	4.900.680	(136.754)	(4.280.302)	(1.092.000)	(2.145)	14.517.982	14.517.982	12.686.504	4.900.680

Em outubro de 2021 a Companhia realizou aumento de capital na CPFL Brasil de R\$ 1.350.000 como parte do plano de combinação de negócios da CPFL Transmissão (nota 13.4.1).

No consolidado, os saldos de investimento correspondem à participação nos empreendimentos controlados em conjunto registrados pelo método de equivalência patrimonial:

Investimento	31/12/2022		31/12/2021		2022		2021	
	Participação patrimonial líquido	Resultado de equivalência patrimonial	Participação patrimonial líquido	Resultado de equivalência patrimonial	Participação patrimonial líquido	Resultado de equivalência patrimonial	Participação patrimonial líquido	Resultado de equivalência patrimonial
Baesaa	127.288	155.703	(1.381)	9.721	-	-	-	-
Enercan	-	307.459	-	194.229	204.249	-	-	-
Chapecoense	186.139	433.866	223.652	233.816	-	-	-	-
EPASA	254.550	281.544	72.431	71.355	-	-	-	-
CSC-Central de Serv.Compartilhados S/A	1.093	-	379	-	-	-	-	-
Investimentos CPFL Transmissão	45.696	16.050	1.799	3.244	-	-	-	-
Mais valia de ativos líquidos	7.743	8.322	(579)	(579)	-	-	-	-
	622.598	1.202.944	490.530	521.905	204.249	204.249	204.249	204.249

13.2 Mais valia de ativos e ágio: A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirida através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura. Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 16). **13.3 Juros sobre o capital próprio ("JCP") e Dividendo a receber:** A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os seguintes saldos a receber das controladas abaixo, referentes a dividendo e JCP:

Controladora	Dividendo		Juros sobre o capital próprio		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
CPFL Paulista	56.957	-	112.200	31.260	168.157	31.260
CPFL Piratininga	-	-	23.375	6.037	23.375	6.037
CPFL Santa Cruz	8.852	-	17.000	5.714	25.852	5.714
RGE	165.309	-	-	-	165.309	-
CPFL Geração	367.557	-	7.650	375.207	375.207	-
Jaguari de Geração	11.106	-	-	11.106	11.106	-
CPFL Brasil	57.624	8.523	-	57.624	8.523	-
CPFL Serviços	25.630	23.903	-	25.630	23.903	-
CPFL Atende	-	-	808	90	808	90
CPFL Eficiência	-	-	1.700	-	1.700	-
AUTHI	10.000	10.000	-	10.000	10.000	-
Alesta	2.095	1.553	-	2.095	1.553	-
	704.130	43.979	162.733	43.101	866.863	87.081

No consolidado, o saldo de dividendo e JCP a receber de R\$ 5.114 em 31 de dezembro de

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado	2022						2021					
	CERAN		ENERCAN		CPFL Transmissão e subsidiárias		Outras subsidiárias da CPFL		CPFL Transmissão e subsidiárias		Outras subsidiárias da CPFL	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	255.020	180.957	1.413.484	70.504	110.218	36.751	355.676	289.919	112.910	59.079		
Custo e despesa operacional	(95.716)	(43.071)	(549.034)	(5.566)	(29.736)	(63.109)	(67.180)	(171.584)	(189)	(33.963)	(8.604)	
Depreciação e amortização	(41.557)	(23.843)	(70.121)	(5.458)	(25.888)	(1)	(37.940)	(15.136)	(5.254)	(17.174)	(721)	
Receita de juros	5.891	3.584	38.857	738	5.272	830	4.731	9.904	197	2.949	796	
Despesa de juros	(25.602)	294	(208.124)	-	(11.836)	-	(42.258)	(4.825)	-	(11.510)	-	
Despesa de imposto sobre a renda	(28.799)	(42.454)	(256.693)	(2.487)	(5.179)	(2.778)	(70.956)	(57.796)	(1.928)	(5.736)	(4.771)	
Lucro (prejuízo) líquido	58.412	75.135	484.669	57.652	41.279	(24.241)	141.503	41.141	51.106	53.008	53.714	
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	37.968	39.159	436.189	34.591	40.299	(14.528)	91.977	28.711	30.664	51.226	32.191	
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores	20.444	35.976	48.479	23.061	980	(9.713)	49.526	12.429	20.442	1.782	21.523	

13.5.3 Empreendimentos controlados em conjunto: As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são como segue:

Balço patrimonial	31/12/2022			31/12/2021			
	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Ativo circulante	67.841	542.591	450.784	365.457	128.692	491.037	475.419
Caixa e equivalentes de caixa	21.333	381.283	299.182	168.970	52.609	209.790	165.040
Ativo não circulante	1.070.100	2.351.441	188.837	1.073.375	1.127.147	2.410.469	279.538
Passivo circulante	86.232	592.312	96.719	599.825	104.123	409.941	104.826
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	235.203	-	130.766	-	137.959	16.452
Outros passivos financeiros	73.479	142.306	6.681	34.855	78.236	111.100	26.841
Passivo não circulante	542.675	1.936.742	65.711	207.973	529.052	1.641.847	122.480
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	877.391	-	-	-	642.698	26.603
Outros passivos financeiros	448.501	1.050.961	-	40.044	435.853	964.135	-
Patrimônio líquido	509.033	364.978	477.191	631.034	622.664	850.718	527.795

Demonstração do resultado	31/12/2022			31/12/2021			
	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Receita operacional líquida	323.099	1.194.081	311.259	880.125	458.130	1.067.381	1.370.875
Custo e despesa operacional	(213.034)	(251.257)	(82.602)	(180.561)	(251.130)	(47.141)	(1.125.249)
Depreciação e amortização	(57.154)	(106.633)	(91.322)	(55.522)	(51.114)	(109.431)	(90.616)
Receita de juros	6.206	60.309	33.592	6.533	2.371	16.211	3.389
Despesa de juros	(67.854)	(224.185)	(4.101)	(18.695)	(102.669)	(223.114)	(4.588)
Despesa de imposto sobre a renda	4.057	(222.078)	(31.458)	(212.135)	(16.525)	(230.884)	(18.621)
Lucro (prejuízo) líquido	(5.524)	438.534	135.783	419.204	38.877	458.463	133.765
Participação acionária e no capital votante	25,01%	51,00%	53,34%	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades Epasa e Chapecoense, a controlada CPFL Geração controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento. Os empréstimos captados junto ao BNDES pelo empreendimento controlado em conjunto Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendo à controlada CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES. 13.5.4 Operação controlada em conjunto: A Companhia, por meio de sua controlada integral CPFL Renováveis, possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 605,7 MW médios (312,18 MW médios), até 2028.

14. IMOBILIZADO

	Consolidado						
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2020	167.228	1.314.749	940.779	6.281.123	46.136	325.625	8.083.710
Custo histórico	223.864	2.244.143	1.650.990	10.065.698	124.042	24.752	14.820.404
Depreciação acumulada	(60.160)	(928.424)	(722.814)	(4.168.805)	(70.941)	(17.357)	(6.022.500)
Adições	-	-	-	-	-	540.458	540.458
Baixas	-	-	(84.282)	(54.301)	(2.446)	(94)	(141.124)
Transferências	3.035	1.193	74.887	614.516	21.635	2.396	(17.662)
Transferências de/para outros ativos	-	-	-	(156)	-	3.365	3.209
Combinação de negócios	922	-	3.038	30.019	6.342	333	48.493
Depreciação	(4.246)	(51.112)	(49.655)	(447.622)	(16.669)	(964)	(570.268)
Baixa da depreciação	-	-	6.474	26.885	1.931	-	35.290
Saldo em 31/12/2021	163.416	1.211.800	878.637	6.066.224	63.895	9.161	8.754.616
Custo histórico	227.822	2.245.337	1.655.176	10.696.480	180.474	33.816	15.380.589
Depreciação acumulada	(64.406)	(1.033.536)	(776.539)	(4.630.256)	(96.580)	(24.655)	(6.625.973)
Adições	-	-	-	-	-	379.714	379.714
Baixas	-	-	(15.379)	(1.289)	(50.269)	(4.478)	(62.641)
Transferências	6.212	3.480	16.592	38.903	16.570	75	(81.832)
Depreciação	(5.046)	(55.388)	(79.246)	(480.665)	(19.653)	2.202	(635.496)
Baixa da depreciação	-	334	11.395	27.355	3.701	2.058	44.842
Combinação de negócios	12.586	1.543.598	207.984	445.368	1.011	501	15.669
Saldo em 31/12/2022	176.680	2.688.446	1.017.593	5.943.976	61.047	14.026	712.301
Custo histórico	250.014	4.271.046	1.889.777	11.301.083	170.218	34.607	17.202.045
Depreciação acumulada	(73.334)	(1.582.601)	(872.184)	(5.357.107)	(109.171)	(20.581)	(8.014.978)
Taxa média de depreciação 2021	3,86%	2,29%	3,08%	4,23%	12,40%	3,77%	-
Taxa média de depreciação 2022	3,86%	2,56%	4,59%	4,07%	12,09%	3,78%	-

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos da CPFL Renováveis com imobilizado em curso de R\$ 595.324 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 272.122 em 31 de dezembro de 2021), com destaque para obras de manutenção especialmente em parques eólicos. Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No consolidado, para o exercício de 2022 não houve juros capitalizados sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23 (R\$ 5.216 em 31 de dezembro de 2021). No consolidado, os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, nas linhas de "Depreciação e amortização". Em 31 de dezembro de 2022, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota 18, é de aproximadamente R\$ 602.386 (R\$ 679.350 em 31 de dezembro de 2021), sendo o principal montante relacionado à controlada CPFL Renováveis. Teste de redução ao valor recuperável dos ativos: Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicadores de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2022 e 2021 não houve necessidade de provisão de recuperação.

15. ATIVO CONTRATUAL

	Consolidado		
	Distribuição	Transmissão	Consolidado
Saldo em 31/12/2020	1.438.634	429.103	1.867.737
Circulante	-	24.833	24.833
Não circulante	1.438.634	404.271	1.842.905
Adições	3.065.717	396.990	3.462.707
Transferência - intangível em serviço	(866.903)	-	(866.903)
Transferência - ativo financeiro	(1.810.850)	-	(1.810.850)
Remuneração e Atualização	-	(6.300)	(6.300)
Amortização	-	(62.918)	(62.918)
Combinação de negócios	-	4.102.531	4.102.531
Saldo em 31/12/2021	1.826.598	4.859.407	6.686.005
Circulante	-	845.025	845.025
Não circulante	1.826.598	4.014.382	5.840.980
Adições	4.848.405	712.658	5.561.062
Transferência - intangível em serviço	(1.108.393)	-	(1.108.393)
Transferência - ativo financeiro	(3.594.738)	-	(3.594.738)
Remuneração e Atualização	-	958.256	958.256
Amortização	-	(745.634)	(745.634)
Combinação de negócios	-	1.391	1.391
Outros	-	60.182	60.182
Saldo em 31/12/2022	1.971.872	5.846.260	7.818.132
Circulante	-	709.222	709.222
Não circulante	1.971.872	5.137.038	7.108.910

Ativo contratual das distribuidoras: referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção. Ativo contratual das transmissoras: refere-se ao direito à "Receita Anual Permitida - RAP" que será recebida ao longo da concessão, assim como indenização ao término da concessão das controladas de transmissão. Teste de redução ao valor recuperável dos ativos: Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicadores de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2022 e 2021 não houve necessidade de provisão de recuperação.

16. INTANGÍVEL

	Consolidado					
	Ágio	Adquirido em combinação de negócios	Infraestrutura de distribuição - em serviço	UBP/intangível de concessão	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2020	6.115	3.182.597	5.605.726	76.809	98.390	8.969.637
Custo histórico	6.152	7.495.458	13.508.846	91.003	274.187	21.375.644
Amortização acumulada	(37)	(4.312.861)	(7.903.120)	(14.194)	(175.797)	(12.406.009)
Adições	-	-	-	193.116	29.492	222.608
Amortização	-	(298.193)	(865.703)	(8.789)	(14.662)	(1.187.347)
Transferência - ativo contratual	-	-	866.903	-	1.198	869.101
Transferência - ativo financeiro	-	-	(8.307)	-	11.106	(67.090)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(1.613)	(70.583)	-	1.106	(70.090)
Combinação de negócios	-	849.070	-	-	20.937	870.007
Saldo em 31/12/2021	6.115	3.731.861	5.528.035	261.136	146.462	9.673.609
Custo histórico	6.152	8.344.528	14.296.858	284.119	336.920	23.268.578
Amortização acumulada	(37)	(4.612.667)	(8.768.823)	(22.983)	(190.459)	(13.594.969)
Adições	-	-	-	21.067	21.067	42.134
Amortização	-	(318.331)	(998.239)	(11.308)	(44.401)	(1.372.279)
Transferência - ativo contratual	-	-	1.108.512	-	1.881	1.108.393
Transferência - ativo financeiro	-	-	13.957	-	-	13.957
Baixa e transferência - outros ativos	-	(8.641)	(67.833)	-	(750)	(77.224)
Combinação de negócios	-	(128.824)	-	12.253	226.362	539.823
Saldo em 31/12/2022	436.148	3.276.065	5.582.431	262.079	330.621	9.907.344
Custo histórico	436.184	8.215.704	15.349.493	302.746	609.851	24.913.978
Amortização acumulada	(37)	(4.939.639)	(9.767.062)	(40.666)	(259.230)	(15.006.634)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: (i) "depreciação e amortização" para a amortização dos ativos intangíveis de Infraestrutura de Distribuição, Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) "amortização de intangível de concessão" para a amortização do ativo intangível Adquirido em Combinação de Negócios. Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas para financiamento das obras são capitalizados, durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No consolidado, no ano de 2022 foram capitalizados R\$ 53.547 (R\$ 33.709 em 2021) a uma taxa média de 7,13% a.a. (7,19% a.a. em 2021).

16.1 Intangível adquirido em combinações de negócios: A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

Intangível adquirido em combinações de negócio	Consolidado				
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Taxa de amortização anual
Intangível adquirido não incorporado					
CPFL Paulista	304.861	(256.929)	47.932	57.917	3,28%
CPFL Piratininga	39.065	(31.513)	7.552	8.846	3,31%
RGE	3.768	(2.897)	871	1.047	4,67%
CPFL Geração	54.555	(44.714)	9.841	11.686	3,38%
Jaguari Geração	7.896	(5.200)	2.696	2.966	3,41%
CPFL Renováveis	3.653.906	(1.708.442)	1.945.465	2.111.685	4,55%
CPFL Transmissão	720.246	(42.367)	677.880	838.243	5,19%
Subtotal	4.784.298	(2.092.062)	2.692.236	3.032.390	
Intangível adquirido já incorporado					

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Finais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Modalidade Empresa	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro e taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativo
	Total aprovado	Liberação em 2022					
CPFL Renováveis - SPE Cherobim	221.936	60.000	Trimestral	Mensal após 07/2024	Investimento	IPCA + 4,18%	Não se aplica
Transmissão Maracanãu	42.422	21.774	Trimestral	Mensal após 09/2022	Investimento	IPCA + 3,14%	Não se aplica
CPFL Cone Sul	1.180.000	1.177.001	Semestral	Parcela única em abril de 2023	Investimento	CDI + de 1,05% a 1,35%	Não se aplica
CPFL Paulista	650.000	647.685	Parcela única em outubro de 2024	Parcela única em outubro de 2024	Investimento	CDI + 0,96%	Não se aplica
CPFL Geração	379.620	378.186	Parcela única em outubro de 2024	Parcela única em outubro de 2024	Investimento	CDI + 0,96%	Não se aplica

Moeda estrangeira
CPFL 4.131
 CPFL Piratininga 118.574 118.574 Semestral Parcela única em março de 2025 Capital de Giro USD + 2,81% CDI + 1,22%
 CPFL Renováveis 294.000 294.000 Semestral Parcela única em março de 2025 Capital de Giro USD + 2,57% CDI + 1,05%
 CPFL Santa Cruz 89.000 89.000 Semestral Parcela única em março de 2025 Capital de Giro USD + 2,74% CDI+1,25%
 CPFL Brasil 172.000 172.000 Semestral Parcela única em março de 2024 Capital de Giro USD + 2,84% até 03/2023 após 2,92% CDI+1,10%
 CPFL Paulista 197.000 197.000 Semestral Parcela única em março de 2025 Capital de Giro USD + 4,845% CDI+1,05%
6.814.553 3.849.380

Pré-pagamento: Durante o exercício de 2022 foram liquidados antecipadamente R\$ 2.094.306 de notas comerciais, cujos vencimentos originais eram até outubro de 2024, em 2021 não ocorreram liquidações antecipadas relevantes de empréstimos. **Condições restritivas:** Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; • EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25; • Patrimônio líquido dividido pelo patrimônio líquido mais dívida líquida maior ou igual a 0,28. **Índices exigidos na demonstração financeira individual de subsidiárias da CPFL Renováveis, detentoras do contrato:** • Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2; • Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%. **Índices exigidos na demonstração financeira da CPFL Renováveis:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75. **Índices exigidos na demonstração financeira individual das subsidiárias de distribuição, detentoras do contrato:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,0. **Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil"):** • Patrimônio líquido dividido pelo ativo total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3. A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indireta detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos). A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

19. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2021	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022	
Mensuradas ao custo - pós-fixado						
CDI	5.145.242	6.576.000	(3.418.915)	815.415	(702.753)	8.114.989
IPCA	1.457.645	—	(614.673)	142.629	(72.805)	912.796
Gastos com captação (*)	(50.188)	(15.526)	—	40.161	—	(25.555)
Total ao custo	6.552.699	6.560.474	(4.033.588)	998.205	(775.558)	9.302.230
Mensuradas ao valor justo - pós-fixado						
IPCA	1.539.051	982.000	—	206.034	(102.015)	2.625.069
Marcação a mercado	(138.748)	—	—	(173.793)	—	(312.541)
Total ao valor justo	1.400.303	982.000	—	32.241	(102.015)	2.312.529
Total Circulante	7.953.002	7.542.474	(4.033.588)	1.030.445	(877.573)	11.614.758
Não Circulante	1.798.122	—	—	—	—	1.798.122
Total	9.751.124	7.542.474	(4.033.588)	1.030.445	(877.573)	13.412.880

(*) Conforme IFRS 9/CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Modalidade	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2020	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021	
Mensuradas ao custo - pós-fixado						
CDI	5.600.262	603.000	(1.104.782)	232.114	(185.353)	5.145.242
IPCA	1.379.121	—	(62.671)	210.495	(69.301)	1.457.645
Total ao custo	6.979.384	603.000	(1.167.453)	442.610	(254.653)	6.602.887
Gastos com captação	(26.355)	(32.797)	—	8.965	—	(50.188)
Mensuradas ao valor justo - pós-fixado						
IPCA	464.414	954.000	—	168.185	(47.547)	1.539.051
Marcação a mercado	30.860	—	—	(169.608)	—	(138.748)
Total ao valor justo	495.274	954.000	—	(1.424)	(47.547)	1.400.303
Total Circulante	7.448.303	1.524.203	(1.167.453)	450.149	(302.200)	7.953.002
Não Circulante	1.191.270	—	—	—	—	1.191.270
Total	8.639.573	1.524.203	(1.167.453)	450.149	(302.200)	9.144.272

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Consolidado			
	Encargos financeiros anuais	31/12/2022	31/12/2021	Garantia
Mensuradas ao custo - Pós-fixado				
CDI	(i) De 107% a 109,75% do CDI (ii) CDI + 0,96% a 1,50% (a)	8.250.396	4.297.874	2021 a 2031 Fiança da CPFL Energia
IPCA	De 104,68% a 111,6% do CDI (a) IPCA + de 4,30% a 6,02% (b)	164.592	847.368	2021 a 2023 Não existem garantias
Gastos com captação	(25.555) (50.188)	912.796	1.457.645	2022 a 2031 Fiança da CPFL Energia
Total	9.302.230	6.552.699		
Mensuradas ao valor justo - pós-fixado				
IPCA	IPCA + 6,02%	2.625.069	1.539.051	2024 a 2029 Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado	(312.541) (138.748)	(312.541)	(138.748)	
Total	11.614.758	7.953.002		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 35.

Taxa efetiva:
 (a) De 104,68% a 111,60% do CDI | CDI + de 0,55% a 1,50%
 (b) IPCA + 4,66% a 6,31%.
 Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil. As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro do Grupo, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2022 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 312.541 (ganho de R\$ 138.748 em 31 de dezembro de 2021), que deduzidos das perdas obtidas não realizadas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 200.458 (perda de R\$ 92.879 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 35), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 112.083 (ganho de R\$ 45.869 em 31 de dezembro de 2021). O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Consolidado
2024	821.389
2025	318.161
2026	4.646.988
2027	757.232
2028	2.868.882
2029 a 2033	1.192.229
Subtotal	10.604.287
Marcação a mercado	(312.541)
Total	10.291.747

Modalidade Empresa	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de principal	Encargo financeiro e taxa efetiva anual
	Quantidade emitida	Liberação em 2022 de emissão			
Moeda nacional					
12ª Emissão - CPFL Geração	489.000	489.000	489.000	Semestral	3 Parcelas- Mai/29, Mai/30 e Mai/31 IPCA + 6,0265%
13ª Emissão - RGE	493.000	493.000	492.920	Semestral	2 Parcelas- Mai/28 e Mai/29 IPCA + 5,9853%
CDI					
11ª Emissão - CPFL Paulista	750.000	750.000	747.828	Semestral	2 Parcelas- Dez/27 e Dez/28 CDI + 1,59%
13ª Emissão - CPFL Piratininga	250.000	250.000	249.170	Semestral	2 Parcelas- Dez/27 e Dez/28 CDI + 1,59%
14ª Emissão - CPFL Piratininga	334.000	334.000	333.052	Semestral	1 Parcela - Fev/23, demais semestral - Mai e Nov de cada ano até 2029 CDI + 1,47%
1ª Emissão - CPFL Transmissão	960.000	960.000	957.801	Semestral	2 Parcelas - Mai/29 e Mai/28 CDI + 1,34% e CDI + 1,47%
12ª Emissão - CPFL Paulista	3.192.000	3.192.000	3.185.250	Semestral	Parcela única em dezembro de 2026 CDI + 1,20%
14ª Emissão - RGE	1.090.000	1.090.000	1.087.453	Semestral	Parcela única em junho de 2026 CDI + 1,20%

Pré-pagamento: Durante o exercício de 2022 foram liquidadas antecipadamente R\$ 2.314.358 em debêntures, cujos vencimentos originais eram até maio de 2024 (R\$ 11.367 em 31 de dezembro de 2021). **Condições restritivas:** As debêntures emitidas pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; • EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

20. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características: **20.1 Características: CPFL Paulista:** Atualmente vigora, para os funcionários da controlada CPFL Paulista através da VIVEST dois planos, com as seguintes características: (i) PPOPCFL Plano de benefício misto (fechado para adesões); (ii) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldaado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldaado ("BSPS"), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada. (iii) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla: • Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada, e • As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada. Em 30 de agosto de 2022 foi aprovada alteração no regulamento do plano para permitir que os assistidos e pensionistas realizassem a conversão voluntária da Renda Vitalícia para a Renda Financeira. Optando pela Renda Financeira, o assistido deixa de ter um benefício definido e passa a ter um benefício flexível e de acordo com o saldo acumulado. 2) CD CPFL - Plano de contribuição definida (aberto para adesões): Plano cujo benefício programado tem seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco. **CPFL Piratininga:** A controlada CPFL Piratininga, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da controlada), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos. Em 2 de abril de 1998, a Secretária de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldaado - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características: 1) Plano P/ASP/Piratininga (fechado para adesões e saldaado); (ii) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldaado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldaado ("BSPS") na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada. (iii) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a controlada e os participantes. (iii) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada. Em 31 de maio de 2022 foi aprovada alteração no regulamento do plano para saldar o benefício suplementar e permitir que os participantes ativos, assistidos e pensionistas realizassem a conversão voluntária da Renda Vitalícia para a Renda Financeira. Optando pela Renda Financeira, o participante deixa de ter um benefício definido e passa a ter um benefício flexível e de acordo com o saldo acumulado. 2) CD CPFL - Plano de contribuição definida (aberto para adesões): Plano cujo benefício programado tem seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco. **RGE:** A controlada RGE mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo: (i) "Plano 1" - Ex- do tipo "benefício definido" com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos 36 salários, desatado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 2011. Este plano estava registrado na extinta Rio Grande Energia S.A. até o agrupamento das distribuidoras aprovada em 31 de dezembro de 2018; e (ii) "Plano 2": Este tipo de plano "benefício definido", que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A controlada da controlada é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação. Para os colaboradores contratados após o fechamento dos planos da Fundação Família Previdência, foram implantados planos de previdência privada na modalidade de "contribuição definida", sendo Bradesco Vida e Previdência para colaboradores contratados entre 1997 e 2018 pela extinta Rio Grande Energia S.A., e Itauprev para os colaboradores contratados pela RGE a partir de 2011, bem como para novos colaboradores a serem contratados após o evento de agrupamento das distribuidoras. **CPFL Santa Cruz:** Com o evento do agrupamento de controladas ocorrido em 2017, o plano oficial da empresa passou a ser o C/MSPREV, administrado através da IHPREV Fundo de Pensão. Aos empregados que possuam o plano de benefícios administrado pelo BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil, manteve-se o mesmo plano. **CPFL Renováveis:** Após a integração da CPFL Renováveis em 2020, parte dos funcionários anteriormente vinculados a CPFL Geração, integrada à CPFL Renováveis, permaneceram no plano de origem PPOPCFL. Por esta razão, a CPFL Renováveis passou a ser patrocinadora deste plano, que se encontra fechado para novas adesões desde abril de 2020. Para os demais colaboradores, foi mantido o plano na modalidade PGBL administrado pelo Bradesco, sendo este atualmente oferecido aos novos colaboradores. **CPFL Transmissão:** A controlada indireta CPFL Transmissão mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-

colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo: (i) "Plano CEEPREV": O CEEPREV é um plano com características de contribuição variável pois contém uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido, no que se refere aos beneficiários de risco e à parte dos beneficiários saldaados. Em 2014 foi instaurado litígio judicial (Processo nº 0065790-57.2014.4.01.3400) relacionado às contribuições não paritárias, ajuizado pela Fundação Família Previdência (Antiga Fundação ELETROCEE) em face da PREVIC, em razão da Portaria do órgão regulador que exigiu a apresentação de solução definitiva sobre os artigos do Regulamento do Plano de Benefícios que tratam da responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os beneficiários, que se encontram irregulares perante a legislação aplicável. Isto porque o Plano de Benefícios da CEEPREV previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial, o que, segundo a PREVIC, e entendimento corroborado pela Administração da controlada, viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001. O resultado em 1ª e 2ª instância foi desfavorável à Fundação e favorável à controlada, não havendo efeito suspensivo sobre os recursos pendentes. Já em 2019 foi instaurada a segunda demanda judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) relacionada ao tema, esta ajuizada pela então CEEE-D e pela então CEEE-GT (antes da cisão entre os segmentos Geração e Transmissão) contra a Fundação, com o objetivo de reconhecimento da nulidade das cláusulas do Plano de Benefícios CEEPREV, a fim de tornar nula a responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Após a propositura da demanda pelas empresas integrantes do antigo Grupo CEEE, o próprio Estado do Rio Grande do Sul ingressou na lide, na condição de assistente da parte autora. Em 14 de outubro 2021, a sentença em primeiro grau julgou a ação parcialmente procedente para reconhecer a nulidade das cláusulas do Plano de benefícios que não aplicam a paridade contributiva (no mesmo sentido da sentença e do acórdão da Ação nº 0065790-57.2014.4.01.3400). Apresentados recursos de apelação pelas partes, o TJRS (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul) proferiu acórdão em 28 de julho de 2022 no sentido de manter, na íntegra, a sentença recorrida. No momento, aguardam julgamento no próprio TJRS embargos de declaração opostos por todas as partes contra o acórdão. Sobre o tema ainda tramita a Suspensão e Sentença perante a Presidência e a Corte Especial do STJ nº 3.163, que possui decisão favorável para as Companhias. Em atendimento a tutela antecipada antecedente do Processo 50224494-89.2022.8.21.7000/RS, a controlada desde março de 2022 vem recolhendo sua contribuição de forma paritária e a Fundação não tem realizado o tratamento da parcela de equacionamento do déficit que seria devida pelos participantes. O valor envolvido na ação judicial corresponde a aproximadamente 50% da totalidade dos déficits do plano, e os assessores jurídicos avaliam a chance de êxito como possível, com viés de provável. A Companhia estima que entre os meses março a dezembro de 2022 o valor de R\$ 41.369 deveria ter sido cobrado dos participantes, mas no mesmo se encontra alocado dentro do déficit total do plano, não representando repercussão financeira adicional. Considerando os fundamentos jurídicos corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam detalhadamente a matéria, a controlada, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEPREV, entende que a partir da nova decisão judicial de outubro de 2021, a melhor esmalativa para mensuração desse passivo é utilizar o *risk sharing* como redutor do passivo atuarial a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. (ii) "Plano Único": O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para nova adesão a partir de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados. Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária. (iii) "Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP": Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a partir de 1997 a controlada era responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação Família Previdência e que ainda não havia cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado era definitivamente aposentado pela Fundação. Atualmente, recebem o complemento de verbas que não entraram no cálculo do INSS, sendo a empresa condenada pela justiça ao pagamento de forma vitalícia. Para isso, a controlada provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a essas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento desses benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação. **20.2 Movimentações dos planos de benefício definido**

CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Renováveis	31/12/2022		CPFL Transmissão	Total			
			RGE Sul (RGE)	Plano Único					
6.263.349	1.537.214	150.383	439.609	589.674	1.353.357	3.335	2.252.981	12.594.902	
(4.980.779)	(1.411.114)	(119.199)	(468.394)	(499.465)	(889.288)	—	(1.465.618)	(9.834.057)	
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.282.570	126.100	31.184	(28.785)	90.209	469.069	3.335	787.163	2.760.845
Valor justo dos ativos do plano	—	—	—	28.785	—	—	—	—	28.785
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	1.282.570	126.100	31.184	(28.785)	90.209	469.069	3.335	787.163	2.760.845

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de Previc (esse último utilizado para cálculos de saldamento e liquidações antecipadas de plano, a conversão é considerada uma liquidação antecipada). O percentual de adesão até 31 de dezembro de 2022 foi de aproximadamente 9%, percentual esse utilizado para fins de cálculo dos impactos da conversão, sendo a data final da adesão 31 de janeiro de 2023. ** Com a aproximação do saldamento do plano PSAP da controlada CPFL Piratininga pelo órgão regulador PREVIC na data-base de 31 de maio de 2022, o plano deixou de receber novas contribuições mensais e foi apurado um ganho de R\$ 75.490 (a taxa nominal de desconto dos cálculos foi de 9,41%).

	2021 realizadas				CPFL Transmissão*				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Renováveis	RGE Sul (RGE)	Plano Único	CTP	CEEEPREV	BD	Total
Custo do serviço	1.676	9.324	149	(1.167)	1.142	(111)	-	1.692	12.705
Juros sobre obrigações atuariais	530.180	153.235	13.019	33.746	50.085	11.151	64	41.120	832.590
Rendimento esperado dos ativos do plano	(371.807)	(112.568)	(9.141)	(34.980)	(36.792)	(7.560)	-	(24.555)	(597.403)
Efeito do limite a ser contabilizado	-	-	-	862	-	-	-	-	862
Total da despesa (receita)	160.049	49.981	4.027	(1.539)	14.435	3.480	64	18.257	248.754

* Refere-se aos três meses do último trimestre de 2021.

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	CPFL Paulista, CPFL Renováveis e CPFL Piratininga		RGE (Planos 1 e 2)		CPFL Transmissão (Plano Único e CEEEPREV BD)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,39% a.a.	9,41% a.a.	10,39% a.a.	9,41% a.a.	10,39% a.a.	10,38% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,39% a.a.	9,41% a.a.	10,39% a.a.	9,41% a.a.	10,39% a.a.	5,09% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,48% a.a.(*)	6,40% a.a.(*)	5,88% a.a.(**)	5,74% a.a.(**)	4,00% a.a.	5,03% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	5,03% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	5,03% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)	BR-EMS sb v.2015 (-20) (***)	BR-EMS sb v.2015 (-20) (***)	BR-EMS sb v.2015 MF (-10) (****)	BR-EMS sb-2015 MF (****)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Mercer Disability (-50)	Light frac (-30)	Light frac	Light média	Light frac	Light frac
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR 2013 a 2021	ExpR 2012	Nula	Nula	Nula	Nula

Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(*) Índice estimado de aumento nominal dos salários para a CPFL Piratininga foi de 4,00% em 2022 e de 6,55% em 2021.

(**) Índice estimado de aumento nominal dos salários para a RGE (Plano 1) foi de 4,45% em 2022 e de 5,22% em 2021.

(***) Tábua biométrica de mortalidade geral para o plano RGE Sul é BR-EMS sb v.2015 por sexo.

(****) Tábua biométrica de mortalidade geral para o plano o Plano Único é AT-2000 por sexo.

20.6 Ativos do plano: As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão do Grupo CPFL em 31 de dezembro de 2022 e 2021, administrados pela VIVEST e Fundação Família Previdência (fundações). Também é demonstrada a distribuição dos recursos geradores estabelecidos como meta para 2023, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2022. A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Ativos administrados pela VIVEST				Ativos administrados pela Família Previdência				Ativos administrados pela CEEEPREV					
	CPFL Paulista		CPFL Piratininga		RGE		CPFL Transmissão		CPFL Paulista		CPFL Piratininga		RGE	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Renda fixa	75%	69%	79%	71%	75%	78%	74%	81%	67%	70%	65%	64%	67%	66%
Títulos públicos federais	37%	38%	36%	37%	66%	68%	64%	67%	58%	59%	56%	56%	58%	57%
Títulos privados (instituições financeiras)	-	1%	-	1%	3%	4%	3%	5%	4%	4%	5%	5%	4%	4%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%	1%	1%	2%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
Fundos de investimento multimercado	1%	1%	1%	1%	4%	4%	4%	6%	3%	3%	1%	1%	3%	3%
Outros investimentos de renda fixa	36%	28%	41%	29%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renda variável	17%	26%	17%	25%	12%	12%	14%	14%	19%	21%	21%	23%	19%	21%
Fundos de investimento em ações	17%	26%	17%	25%	12%	12%	14%	14%	19%	21%	21%	23%	19%	21%
Investimentos estruturados	3%	1%	3%	1%	8%	7%	8%	-	7%	6%	9%	9%	7%	7%
Fundo de investimento multimercado	3%	1%	3%	1%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	1%	1%	2%	2%
Cotados em mercado ativo	95%	96%	99%	97%	97%	98%	96%	94%	97%	96%	95%	95%	97%	96%
Imóveis	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	2%	1%	1%	1%	1%
Operações com participantes	1%	1%	1%	2%	2%	3%	4%	3%	2%	4%	4%	4%	2%	2%
Outros ativos	3%	2%	-	-	-1%	-	-1%	-1%	2%	-1%	-1%	-1%	2%	-1%
Depósitos judiciais e outros	3%	2%	-	-	-1%	-	-1%	-1%	2%	-1%	-1%	-1%	2%	-1%
Não cotados em mercado ativo	5%	4%	1%	3%	3%	2%	4%	4%	6%	3%	4%	5%	6%	5%
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

	VIVEST				FAMÍLIA PREVIDÊNCIA				CEEEPREV					
	CPFL Paulista e CPFL Geração		CPFL Piratininga		RGE Sul (RGE)		CPFL Transmissão		CPFL Paulista		CPFL Piratininga		RGE	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Renda Fixa	83,9%	78,4%	72,0%	71,9%	66%	67%	67%	67%	66%	67%	66%	67%	66%	67%
Renda variável	13,1%	18,2%	10,2%	10,8%	16%	17%	16%	17%	16%	17%	16%	17%	16%	17%
Imóveis	1,4%	0,6%	1,0%	1,2%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
Empregamentos e financiamentos	1,4%	1,4%	1,8%	2,6%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Investimentos estruturados	0,2%	0,6%	15,0%	13,5%	14%	12%	14%	12%	14%	12%	14%	12%	14%	12%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A meta de alocação para 2023 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos feitas pelas fundações, efetuada ao final de 2022 em suas Políticas de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2023, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores. A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management - ALM* (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações. O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidas na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco. O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos. Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios. **20.7 Análise de sensibilidade:** As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes. Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33/IAS 19. Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a taxa de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano.

	CPFL Paulista		CPFL Piratininga		RGE		CPFL Transmissão**		
	Aumento (redução)	CPFL Geração	CPFL Piratininga	CPFL Geração	Plano 1	Plano 2	Plano Único	CEEEPREV BD	
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p.	132.009	41.180	3.111	10.444	14.288	26.443	49.935	277.140
	+0,25 p.p.	(179.848)	(40.553)	(3.523)	(10.017)	(13.691)	(25.514)	(48.001)	(281.147)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano	(170.303)	(36.014)	(3.971)	(7.400)	(10.770)	(35.089)	(43.290)	(306.837)
	-1 ano	149.301	34.138	3.261	7.172	10.476	34.642	42.675	281.665

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 10,38%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 10,13% a.a. e 10,63% a.a.

** A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000 (-10) para os planos da VIVEST e BR-EMS sb v.2015 (RGE) e BR-EMS sb v.2021 (CPFL-T) para os planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

*** Sem incluir as investidas para o plano CTP.

20.8 Risco de Estresse: Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (plano de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. Na Vivest os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da VIVEST o que ocorre ao menos trimestralmente. Na Família Previdência, os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. Os investimentos utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("Stress Test"). A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe*, *Sharpe Generalizado* e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco. As Políticas de Investimentos das fundações determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

21. TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Compens. financ. pela utilização de rec. hídricos - CFURH	4.454	933
Reserva global de reversão - RGR	17.248	17.248
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	9.605	8.949
Conta de desenvolvimento energético - CDE	46.909	46.909
Bandeiras tarifárias e outros	11	477.927
Total	78.228	551.966

Bandeiras tarifárias e outros - O saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se, basicamente, à bandeira tarifária (vermelha - escassez hídrica) faturada em dezembro de 2021. A taxa de janeiro de 2022 a bandeira tarifária passou a ser registrada no grupo de Ativo e passivo financeiro setorial.

22. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	341.363	210.896
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	114.131	77.517
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	455.493	288.412
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	50.063	669.830
Programa de integração social - PIS	43.031	23.340
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	201.018	111.933
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	26.925	7.606
Outros	101.177	74.156
Transação tributária relacionada a contencioso judicial - dívida previdência privada	18.055	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	440.270	886.664
Total Circulante	895.763	1.175.276
Não circulante	231.653	214.430
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	23.364	18.173
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	255.017	232.603
Imposto de renda e contribuição social a recolher	911	874
ICMS a pagar	4.921	5.218
IRPJ/CSLL parcelamento	1.007.138	-
Transação tributária relacionada a contencioso judicial - dívida previdência privada	1.012.970	6.092
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	1.267.987	6.092
Total Não circulante	2.312.970	2.392.667

O não circulante refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. O maior montante do caso refere-se a Mandado de Segurança impetrado pela controlada CPFL Piratininga, que discute a possibilidade da dedução da despesa da CSLL da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento em questão. O Grupo possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 23 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais. **Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS:** redução deve-se principalmente às alterações trazidas pela Lei Complementar nº 194/2022, que foram (i) redução da alíquota de ICMS sobre energia elétrica e (ii) não incidência do ICMS sobre determinados itens do faturamento. Adicionalmente, o saldo a pagar também foi reduzido em razão da liberação pela Selaf/SP de créditos acumulados de ICMS (arts. 73 e seguintes do RICMS). **Transação tributária relacionada a contencioso judicial - dívida previdência privada - CPFL Paulista:** Em 27 de dezembro de 2022 foi celebrada Transação Tributária entre a controlada CPFL Paulista e a Procuradoria da Fazenda Nacional ("PGFN"), com base na Lei nº 14.375, de 21 de junho de 2022, regulamentada pela Portaria PGFN/ME 6.757, de 29 de julho de 2022 e pela Portaria PGFN 10.826, de 22 de dezembro de 2022, referente às discussões acerca da dedutibilidade, para fins de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), das despesas reconhecidas no ano de 1997, referente à novação de dívida relativa ao plano de pensão dos funcionários da CPFL Paulista perante a Fundação CESP ("Vivest"). A Administração baseou a decisão de celebrar a transação e desistir da discussão judicial após considerar o atual estágio de discussão do processo, possível risco de desfecho em contrapartida com os benefícios financeiros atrelados à celebração da transação. Nos termos do referido acordo e, em contrapartida à extinção dos processos judiciais objeto do mesmo, o valor da dívida tributária determinado na Transação, na data base de 1 de novembro de 2022, foi de R\$ 1.288.174. Os valores depositados judicialmente pela CPFL Paulista nos autos das Execuções Fiscais foram considerados para amortização dos saldos dos débitos tributários, resultando em uma dívida líquida total de R\$ 1.022.048 (data base 1 de novembro de 2022), que atualizado para 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.025.193. Como parte do acordo, referido saldo deverá ser pago em 60 (sessenta) parcelas mensais, com a possibilidade de utilização de títulos precatórios federais próprios ou de terceiros para tal liquidação. Com relação às garantias financeiras (seguros e fianças bancárias), cujo montante em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.814.280, serão mantidas em valor suficiente para garantir a Transação, podendo haver alteração no valor com autorização prévia da Fazenda Nacional, na proporção do que for amortizado do débito no âmbito da transação. Diante da celebração da Transação Tributária e reconhecimento contábil da dívida, a CPFL Paulista adotará as medidas judiciais cabíveis para o cumprimento das condições estabelecidas e a extinção dos processos judiciais correlatos, conforme os termos da Transação.

23. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	510.853	190.486	417.121	33.127
Depósitos judiciais	190.486			

